



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 06/2014**

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 09/2016)

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo (*Campus* de Tocantinópolis).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 22 de janeiro de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo (*Campus* de Tocantinópolis), conforme projeto em anexo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 22 de janeiro de 2014.

Prof. Márcio Silveira
Presidente

emc.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 06/2014 do Consepe.

(Atualizado pela Resolução Consepe n.º 09/2016)

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Tocantinópolis, TO, 2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO TOCANTINÓPOLIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Projeto Pedagógico do Curso de
Licenciatura em Educação do Campo da
Universidade Federal do Tocantins-UFT,
Campus de Tocantinópolis.

Tocantinópolis, TO, 2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS

Administração Superior

Reitor
Márcio Antônio da Silveira

Vice-Reitora
Isabel Cristina Auler Pereira

Chefe de Gabinete
Tarso da Costa Alvim

Pró-Reitor de Administração e Finanças
José Pereira Guimarães Neto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários
George Lauro Ribeiro de Brito

Pró-Reitora de Avaliação e Planejamento
Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitora de Graduação
Berenice Feitosa da Costa Aires

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
George França dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Waldecy Rodrigues

SUMÁRIO

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL	06
1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT).....	06
1.2. A UFT no contexto regional e local.....	07
1.3. Missão Institucional.....	10
1.4. Estrutura Organizacional.....	12
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	14
2.1 Dados do Curso.....	15
2.2 Diretor do Campus.....	15
2.3 Coordenador do Curso.....	15
2.4 Relação Nominal dos Membros do Colegiado de Curso.....	15
2.5 Comissão de Elaboração do PPC.....	15
2.6 Histórico do Curso: Sua Criação e Trajetória.....	16
3- BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	21
4- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	27
4.1. Administração Acadêmica.....	28
4.2. Coordenação Acadêmica.....	29
4.3. Projeto Pedagógico do Curso.....	29
4.3.1. Justificativa.....	29
4.3.2. Objetivo do Curso.....	34
4.3.3. Perfil Profissiográfico.....	35
4.3.4. Competências, atitudes e habilidades.....	35
4.3.5. Campo de atuação profissional.....	37
4.3.6. Organização Curricular.....	37
4.3.6.1. Conteúdos Curriculares.....	37
4.3.6.2. Matriz Curricular.....	40
4.3.7- Metodologia.....	74
4.3.8. Interface ensino, pesquisa e extensão.....	75
4.3.9. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET.....	77
4.3.10. Interface com as Atividades Complementares.....	79
4.3.11. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório.....	80
4.3.12. Prática Profissional.....	81
4.3.13. Trabalho de Conclusão de Curso.....	81
4.3.14. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.....	81
4.3.15. Avaliação do Projeto do Curso.....	84
4.3.16. Auto Avaliação e Avaliação Externa (ENADE e Outros).....	84
5- CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	86
5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente.....	86
5.2. Regime de trabalho.....	86
5.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	88
5.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente.....	88
5.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso.....	88
6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	89

6.1. Laboratórios e instalações.....	89
6.2. Biblioteca.....	90
6.3. Instalações e equipamentos complementares.....	92
6.4. Área de lazer e circulação.....	93
6.5. Recursos audiovisuais.....	93
6.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004).....	94
6.7. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso.....	94
7. POLÍTICAS DE ACESSO.....	95
7.1 Critérios de seleção.....	95
7.2 Critérios de prioridade.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
ANEXOS.....	98
Anexo I- Instrução normativa trabalho de conclusão de curso.....	99
Anexo II- Manual de Orientação do Estágio Curricular Supervisionado.....	103
Anexo III- Regimento do Curso de Licenciatura.....	111
Anexo IV- Ata de Aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso..... (Documento Anexo)	
Anexo V- Ata de Aprovação do PPC pelo Conselho Diretor do Campus.. (Documento Anexo)	

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.2 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17

de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. A UFT no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que elevem o nível de qualidade de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicampi, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), conforme figura a seguir:



Imagem 1: Mapa do Tocantins com os campi da UFT assinalados

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infraestruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

1.3. Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

1. o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
6. o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
7. a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Nesses 7 *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local, e próxima, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências Humanas, da Educação, das Ciências Agrárias, das Ciências Biológicas e da Saúde.

A grande dimensão da UFT é expressa, em números aproximados, por 695 professores efetivos, 35 professores substitutos e 399 técnicos administrativos. Conforme dados do documento institucional *Esta é a sua universidade* (2012), a UFT em números está assim representada: 48 cursos de graduação; 3.200 vagas no vestibular; 15.062 alunos; 904 professores; 633 técnicos concursados; 15 mestrados; 03 doutorados; 215.712 livros em bibliotecas; 1.796 alunos EAD; 1.079 alunos com bolsas; 276 ações de extensão (UFT, 2012). Ainda conta com minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT\UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT\UnB), os Dinteres em

História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT\UFG); Administração (UFT/Mackenzie, 2009); Ciências da Computação (UFT/UFRJ) e Geografia (UFT/UFU). Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por abranger todo o Estado, a UFT torna-se a mais importante instituição pública de ensino superior do Tocantins, no que se refere à dimensão e ao desempenho acadêmico.

1.4. Estrutura Organizacional

Segundo o Regimento Interno da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
 - **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
 - **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
 - **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).
 - **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
 - **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para

exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.

- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.
- Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

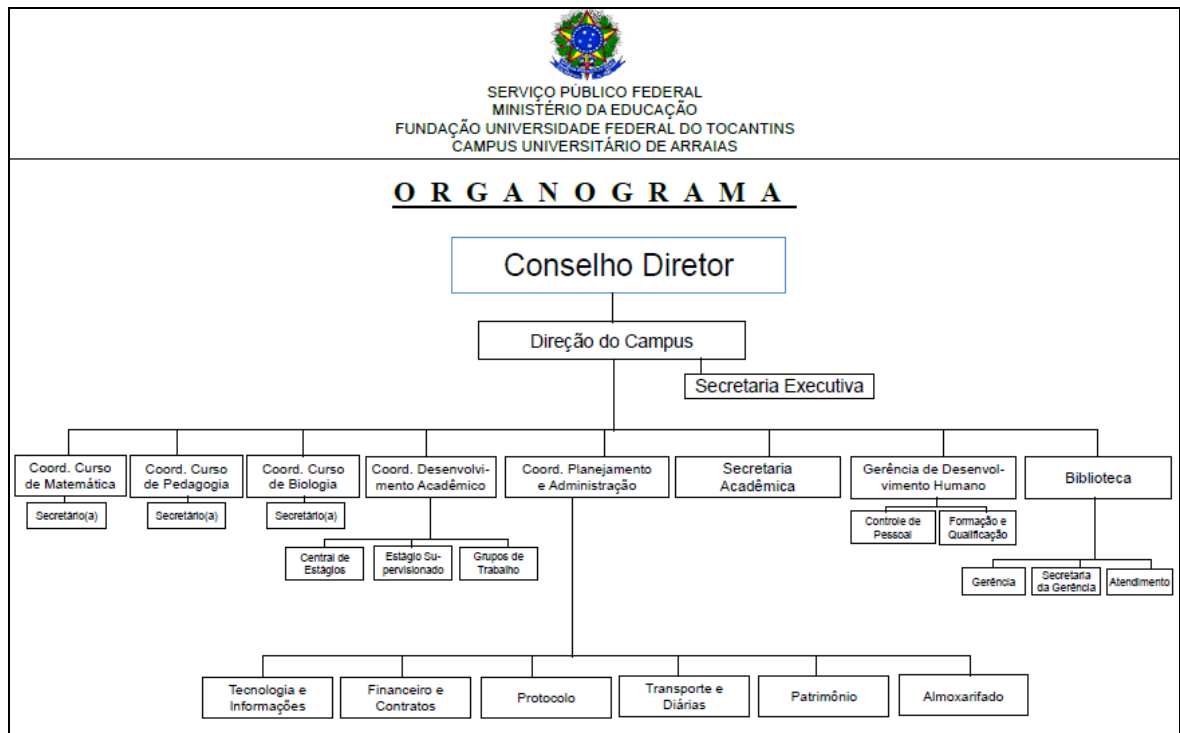


Imagem 2: organograma elaborado em consonância com a Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) N° 12/2009

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Dados do Curso:

- **Nome do Curso/Habilitação:** Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes e Música
- **Modalidade:**
Licenciatura - Ensino Presencial
- **Endereço do Curso**
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Campus Universitário de Tocantinópolis
Av. Nossa Senhora de Fátima
Tocantinópolis – TO
Fone/Fax: (63) 3471-6001
- **Ato Legal de Reconhecimento do Curso:**
Resolução N°
Publicação:
Portaria MEC N°
Publicação:
Parecer CFE N°
- **Número de vagas:**
120 vagas/ano **em uma entrada** em processo seletivo organizado pela COPESE-UFT.
- **Título Acadêmico**
Licenciado em Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes e Música
- **Modalidade:**
Licenciatura - Ensino Presencial
- **Duração do Curso:**
Mínimo: 8 semestres
Média: 12 semestres
Máximo: 12 semestres
- **Forma de Acesso:**
Processo seletivo – vestibular – de acordo com Edital específico da UFT.
- **Regime Letivo:**
Bloco Semestral
- **Turnos de Oferta:**
Matutino e Vespertino
- **Carga Horária Total Do Curso**
- Carga Horária Total: 3.300 horas

- Disciplinas do Ciclo Básico: 1.785 horas
- Disciplinas do Ciclo Profissional: 900 horas
- Atividades Complementares: 210 horas
- Estágios Curriculares Supervisionados: 405 horas

2.2 Diretor do Campus:

Prof. Doutor Flavio Moreira
<http://lattes.cnpq.br/4936427053832503>

2.3 Coordenador do Curso:

Rejane Cleide Medeiros de Almeida
<http://lattes.cnpq.br/6357708608591766>

2.4 Relação Nominal dos Membros do Colegiado de Curso

- Prof. Mestre Marcus Facchin Bonilla
- <http://lattes.cnpq.br/2714284008542070>

- Profª. Mestre Rejane Cleide Medeiros de Almeida
- <http://lattes.cnpq.br/6357708608591766>

- Profª. Doutora Suene Honorato de Jesus
- <http://lattes.cnpq.br/5440655737062839>

- Prof. Mestre Ubiratan Francisco de Oliveira
- <http://lattes.cnpq.br/1787664600494455>

- Prof. Mestre Witembergue Gomes Zaparoli
- <http://lattes.cnpq.br/9270921683542468>

- Prof. Mestre Leon de Paula
- <http://lattes.cnpq.br/2237916938799397>

2.5 Comissão de Elaboração do PPC

O presente PPC foi elaborado por um grupo de professores que atuam na área da educação do campo como docentes, pesquisadores e extensionistas e integram o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo – GEPEC no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq.

Flavio Moreira- Doutor em Educação
<http://lattes.cnpq.br/4936427053832503>

Marcus Facchin Bonilla – Mestre em música
<http://lattes.cnpq.br/2714284008542070>

Rejane Cleide Medeiros de Almeida – Mestre em educação
<http://lattes.cnpq.br/6357708608591766>

Suene Honorato de Jesus – Doutora em Teoria e história literária
<http://lattes.cnpq.br/5440655737062839>

Ubiratan Francisco de Oliveira - Mestre em geografia
<http://lattes.cnpq.br/1787664600494455>

Witembergue Gomes Zaparoli – Mestre educação
<http://lattes.cnpq.br/9270921683542468>

2.6 Histórico do Curso: Sua Criação e Trajetória

Entendemos que a formação do sujeito deve constituir-se em fonte de orientação da educação formal e acadêmica. Não de uma liberdade negativa, contraposta à natureza e em relação aos outros indivíduos. Mas uma liberdade positiva, pautada na afirmação da vida e da dignidade de todos.

Neste sentido, muito embora a UFT ainda não tenha conseguido dar uma resposta objetiva a essas questões que envolvem a educação, a cooperação e a luta pela terra no Estado do Tocantins; vemos o presente curso nas áreas de Códigos e Linguagens (Artes Visuais e Música) como uma possibilidade objetiva de institucionalização de uma política de educação na UFT, pelo campus de Tocantinópolis. Visto que, faz-se necessário formar profissionais para responder às especificidades do campo e atender à demanda de educação básica. Segundo dados do IBGE/2010, existem 29.852.986 milhões de pessoas vivendo no campo, o que representa 15.65% da população. No Tocantins 293.212 mil, ou seja, 21,19% da população, percentual maior que a média nacional que é 15.65%. No que se refere à escolaridade, enquanto na zona urbana a população de 15 anos ou mais apresenta uma escolaridade média de 7,3 anos, na zona rural esta média corresponde a 4 anos. Esta situação requer, além de política de expansão da rede de escolas públicas que ofertem todas as etapas

da educação básica no campo, a correspondente oferta de trabalho docente com formação adequada.

De acordo com IBGE (2010), a média de anos de estudo do segmento etário que compreende as pessoas de 25 anos ou mais de idade revela o status de escolaridade de uma sociedade. No País, a média, em 2009, era de 7,1 anos de estudo neste segmento, o que representa uma escolaridade abaixo da conclusão do ensino fundamental.

Analisando os dados do IDEB, tomamos as avaliações do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Estado do Tocantins. Importante contextualizar que os dados competem à abrangência da Diretoria Regional de Ensino de Tocantinópolis, na qual o Campus de Tocantinópolis está inserido. Desta forma, temos o seguinte quadro:

DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO (DRE)	QUANTIDADE DE ESCOLAS AVALIADAS	MÉDIA GERAL	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO NO IDEB NACIONAL
TOCANTINÓPOLIS	14	3.4	7º LUGAR, COM MÉDIA 3.9
MÉDIA ESTADUAL 2011			3.8

Quadro: PANORAMA DO IDEB/TO - 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

No quadro é possível perceber a partir dos dados de 2009, e com o acréscimo dos dados atuais de 2011, uma visão geral do campo de onde devem partir prioritariamente nossos cursistas, considerando as metas do estado do Tocantins e a região Norte. Percebemos que as médias de 2011 estão a 0.9 de diferença da projeção de 2017 e é necessário um grande esforço para se chegar neste quantitativo.

Em relação ao ensino Médio temos:

	ESTADO	REGIÃO NORTE
DADOS DE 2009	3.3	3.1
DADOS DE 2011	3.2	3.2
PROJEÇÃO DO ESTADO PARA 2017	4.2	4.2

Quadro 1: PANORAMA DO IDEB/TO - ENSINO MÉDIO

Como podemos observar acima, o índice do Ensino Médio é baixo e, mesmo com perspectivas otimistas, a projeção aponta para um crescimento de 1.0 nos índices de 2011 até 2017. Se considerarmos que, com início do curso em 2013, dentro da duração de 4 anos letivos, teremos a possibilidade de pelo menos alcançar as metas e, para isso, necessita-se de

investimento na formação dos professores do campo do Tocantins. Para tanto, é importante o acompanhamento dos dados futuros do IDEB, estudando e avaliando a importância do curso ora proposto diante deste panorama.

A Universidade Federal do Tocantins - UFT, ao considerar as questões relativas à educação do campo e a situação desigual a que a população do campo historicamente tem sido submetida, participou de edital para formação de professores do campo: escola ativa e Projovem Campo Saberes da Terra para os profissionais com atuação em educação do campo, em consonância às necessidades culturais, aos direitos sociais e à formação integral das crianças, jovens e adultos do campo - agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e reassentados da reforma agrária, acampados, quilombolas, indígenas, dentre outros.

Outro fator relevante que contribuiu para a materialização do curso foi a demanda dos trabalhadores e trabalhadoras do campo manifestadas pelas associações comunitárias localizadas no Bico do Papagaio (compreende 25 municípios), especialmente os Assentamentos (364 projetos de Assentamentos com 24 mil famílias assentadas), com a qual também tem-se a parceria para a realização de projetos de pesquisa e extensão, além de ter estudantes em cursos de graduação oriundos desta e outras comunidades camponesas. Como locus de reflexões sobre a realidade camponesa, o Campus de Tocantinópolis desde 2010, possui um Grupo de Estudos e Pesquisas- GEPE Cultura Política, linhas de pesquisa: Movimentos Sociais, questões agrárias e Educação do Campo; Artes, música e literatura no contexto da educação do campo e Educação do campo, identidade e memória que vem articulando ações de Ensino, Pesquisa e Extensão na área da Educação do Campo.

Uma ação efetiva para a demanda do curso foi debatida nas reuniões do fórum de educação do campo, coordenado pelos movimentos sociais e campus de Tocantinópolis e realização da Conferência em Educação do campo em 2012, cujo tema foi Políticas públicas e educação do campo no Tocantins e como produto das reflexões desta, ficou definido em agenda do Fórum a criação de curso de ensino médio (SEDUC/PRONERA) e graduação em educação do Campo.

As demandas apresentadas até aqui foram contempladas pela Chamada Pública de Seleção de Projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Programa de Apoio à Implantação das Licenciaturas em Educação do Campo-Procampo, da qual a Universidade Federal do Tocantins participou.

A UFT tem o papel de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas epistemológicas, colaborando com o desenvolvimento regional e nacional e com objetivo de promover a formação de professores multidisciplinares, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a Educação do Campo.

A viabilização de formação superior específica tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais; o atendimento à demanda apresentada no campo, local em que há carência de professores qualificados para o ensino de diversas áreas, incluindo-se Artes e Música; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade e gratuidade quanto às condições de acesso.

Serão beneficiados nos três primeiros anos do curso 120 (cento e vinte) discentes, oriundos da área rural, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados. Estes discentes serão selecionados mediante processo seletivo específico, que garanta o acesso democrático ao Curso.

O curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o tempo-escola e o tempo comunidade. As atividades tempo-escola serão realizadas nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, e, durante encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-escola, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador.

As atividades que configuram a dimensão tempo-comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de tempo-escola, mediante discussões e socializações.

Segundo dados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA (2004), no que se refere a educação entre os assentados:

A Região Norte tem 390.752 famílias assentadas. Apresenta um índice médio de pessoas não alfabetizadas de 14,74%; 44,89% tem nível de escolaridade de 1ª a 4ª série e apenas 27,41% cursaram o nível fundamental completo. 6,72% tem o ensino médio incompleto; 4,99% completaram o ensino médio e menos de 1% completou algum curso de nível superior ou está cursando. (PRONERA, 2004)

Já a pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (PRONERA-TO) em 2010, nos projetos de assentamentos, constatou-se que dos 100% dos assentados/as, 44% tinham 18 anos, sendo que destes 12,3% frequentavam a

escola, 87,7% estavam fora da escola e 21,18% tinham escolaridade do 5º até ao 9º ano e apenas 7,6% concluíram o ensino médio.

Nesse sentido o índice de escolaridade no Estado do Tocantins é baixo, e as políticas públicas educacionais têm ocorrido de forma descontinuada e, muitas vezes, não atendem a perspectiva dos jovens camponeses, por não considerar o lugar, a cultura e a forma de produção do campo como elementos essenciais à educação.

Considerando o aspecto exposto, a organização curricular do presente curso prevê etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares) em regime de alternância entre Tempo-Espaço Universidade e Tempo-Espaço Comunidade, tendo em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo, bem como a necessidade de facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício, na intenção de se evitar que o ingresso de jovens e adultos na educação superior reforce a alternativa de que estes sujeitos deixem de viver no campo.

3- BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

As ações humanas são carregadas de sentido, não de um sentido construído por um indivíduo de forma isolada, mas produto da coletividade, marcado por conflitos e contradições, expresso em suas manifestações histórico-culturais. Há a dimensão emancipatória neste processo que creditamos à universidade, pois, em tempos obscuros, precisamos reafirmar processos de resistência e de emancipação de sujeito. Entendemos que é a formação deste sujeito que deve constituir-se em fonte de orientação da educação formal e acadêmica. O curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins – UFT pretende, no seu horizonte utópico, mas também no praxiológico, contrapor-se a dominação e a exclusão historicamente imposta aos povos que habitam o campo.

A luta principal da Educação do Campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação, e a uma educação que seja **no** e **do** campo. Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, vinculados à construção de outro tipo de modelo de desenvolvimento. A base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano. São relações que revelam vários tipos e formas de ocupação do espaço no campo brasileiro e no Estado do Tocantins.

Uma conquista deste processo, foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Neste sentido, a UFT ainda não conseguiu dar uma resposta objetiva a essas questões que envolvem a educação, a cooperação e a luta pela terra no Estado do Tocantins. O curso de Licenciatura em Educação do Campo pretende promover este diálogo histórico com as organizações sociais e sindicais do campo. Por outro lado, procura instituir e fortalecer o debate em torno da educação do campo por meio da criação de um curso de licenciatura que pretende institucionalizar uma política de educação do campo no âmbito superior na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Conta com um arcabouço legal, a saber:

1. Artigo 28 da Lei n 9.394/96 da LDB, estabelece o direito aos povos do campo a um sistema de ensino adequado à sua diversidade sócio-cultural, para as necessárias adaptações de organização, metodologias e currículos as “peculiaridades da vida rural e interesses dos alunos da zona rural”;

2. Parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

3. Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, - institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura plena de formação de professores da educação básica em nível superior;

4. Resolução nº 03/97, do Conselho Nacional de Educação (CNE), fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

5. O Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo inovam em diferentes artigos sobre organização da escola, trato com o conhecimento e com a prática pedagógica, salvaguardando para as populações do campo uma educação emancipatória, associada às soluções exigidas à qualidade social dos povos do campo para um novo desenvolvimento.

Ainda, o art. 3º, há um reconhecimento do poder público na garantia da universalização do acesso da população do campo à educação básica. Os artigos 5º, 7º, 8º, 9º, e 10º trazem alterações para a organização do trabalho pedagógico, organização curricular e tempo pedagógico. Com uma gestão compartilhada, a escola do campo ganha um caráter abrangente, dialógico, flexível e dinâmico. A realidade dos sujeitos é o princípio e o fim da prática pedagógica. O estudo é relacionado ao trabalho e à diversidade do campo em todos seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, e poderá ser realizado em diversos espaços pedagógicos e tempos diferenciados de aprendizagem.

Nos artigos 12º e 13º a formação dos profissionais da educação do campo de acordo com o artigo 67 da LDB, prevê ao sistema de ensino a formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades com aperfeiçoamento permanente dos docentes, indicando aos Centros Formativos componentes para formação.

A formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria, pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas de outras IFES.

A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis

Buscar caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação às proposições que assumam como princípios pedagógicos:

- A formação contextualizada
- A realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo fonte de conhecimentos;
- A pesquisa como princípio educativo;
- A indissociabilidade teoria-prática;
- O planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade];
- Os alunos como sujeitos do conhecimento;
- E a produção acadêmica para a transformação da realidade.

O desafio mais impactante na implementação de novos currículos na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está na mudança desejada de avançar e, talvez, superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma “relação com o saber” (CHARLOT, 2000¹), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos. Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em “espiral”, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados nos ciclos e eixos de formação.

Essa construção de uma matriz curricular referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, nos conduzirá a arquiteturas de

¹

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber*. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem Fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Assim um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-sequencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados.

Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica torne-se hegemônica e maquiada. Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto, não se muda sem alterar concepções, destruir profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa ‘grade curricular’ de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico. Nesse sentido, “o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas” (SANTOMÉ, 1998: 106²), perpassa a ideia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. “Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da ‘objetividade’ e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo” (SANTOMÉ, 1998: 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à inter-relação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os

2

SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar “modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis” (SANTOMÉ³, 1998: 124). Nessa perspectiva, no desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998: 125).

O currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ‘colegiados de saberes’ e ‘ilhas de conhecimentos’ que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há “disciplinas mais importantes” e outras “menos importantes”.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a “cara” ou será o “monstro” que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto pode-se falar, conforme (SANTOMÉ, 1998: 206⁴) em quatro formatos de integrar currículos: a) integração correlacionando diversas disciplinas; b) integração através de temas, tópicos ou ideias, c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária; d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes. Além da possibilidade ainda de: 1) integração através de conceitos, 2) integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos, 3) integração com base em instituições e grupos humanos, 4) integração em torno de descobertas e invenções, 5) integração mediante áreas de conhecimento.

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios

³ SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

⁴ SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

¹⁹BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CP nº 09/2001 que trata sobre a formação do professor. Brasília, DF, 2001. Acesso realizado em 29/03/2008 em www.mec.gov.br.

que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, enfatiza-se que a Universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo. Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas atingirmos a transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos.

4- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Administração Acadêmica

Seguindo orientações dispostas no Regimento Geral da UFT, o curso de Licenciatura em Educação do Campo estará vinculado ao Campus de Tocantinópolis. De acordo com o Regimento da UFT, o Diretor de Campus, deve ser eleito pela comunidade acadêmica, para um mandato de quatro anos. Tem competência para atuar nas seguintes ações:

- 1) Representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta representação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;
- 2) Promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- 3) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- 4) Integrar o Conselho Universitário;
- 5) Encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;
- 6) Apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- 7) Delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto;
- 8) Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência e representar, perante o Reitor, contra irregularidades ou atos de indisciplina;
- 9) Exercer o controle disciplinar do pessoal pertencente ou ocasionalmente vinculado ao *Campus*;
- 10) Determinar a abertura de sindicância;
- 11) Superintender, coordenar e fiscalizar as atividades do Campus, executando e fazendo executar as disposições estatutárias e regimentais, assim como qualquer outra determinação emitida pelos órgãos superiores da Universidade;
- 12) Deliberar sobre a distribuição das tarefas docentes e de pesquisa, quando, por qualquer motivo, não o tenha feito o Conselho Diretor de Campus.

4.2. Coordenação Acadêmica

A coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo tem como instância institucional o Colegiado do Curso. Este é composto por todos os docentes e por representantes discentes.

O Colegiado do Curso é o conselho consultivo e deliberativo, onde são tratadas todas as questões acadêmicas e institucionais que dizem respeito a docentes, discentes e ao próprio Curso. Os discentes representam 30% (trinta por cento) do Colegiado e os docentes 70% (setenta por cento), conforme a legislação (Lei 9.192/95).

As atribuições do Coordenador conforme orientações regimentais da UFT são:

- Atuar junto ao corpo discente, orientando-o quanto às suas matrículas, procurando as possíveis soluções às dificuldades acadêmicas eventualmente apresentadas por estes;
- Buscar atender às solicitações documentais e de execução da Universidade via Reitoria e Pró-reitorias, permitindo o correto fluxo de informações e documentação;
- Planejar e avaliar as atividades acadêmicas dos semestres subsequentes, atendendo às suas necessidades básicas para o exercício pleno da atividade docente;
- Manter contato com os segmentos externos à Universidade, sempre que solicitado, viabilizando a integração Universidade-sociedade organizada;
- Participar juntamente com os docentes das atividades do colegiado de curso ou equivalente: tanto o coordenador quanto os respectivos docentes compõem o colegiado do curso;
- Reunir semanalmente com representantes da comunidade acadêmica para tratar de assuntos pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão do curso, vinculadas ao ensino de graduação.

4.3. Projeto Pedagógico do Curso

4.3.1. Justificativa

A criação de um curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo faz parte de uma ampla ação do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política começou a ser formulada pela antiga Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, atualmente

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, através da Coordenação Geral de Educação do Campo – CGED.

Em 2002, com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com a realização, a partir de 2004, de 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo, a SECAD/MEC iniciou diferentes ações visando o fortalecimento da educação do campo no Brasil. Dentre essas, duas ações merecem destaque: a criação do Programa Saberes da Terra, cujo objetivo é garantir a educação dos jovens e adultos do campo através da rede pública de ensino e com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo; e a construção de um Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

Esses dois programas partem de uma problemática inter-relacionada, qual seja, para se ampliar a inclusão da população do campo na rede pública de ensino é preciso uma organização curricular e metodológica adequada à realidade do campo. Para isso é necessário a existência de profissionais da educação do campo capazes de contribuir com a formulação dessa organização curricular e metodológica e aplicá-la. Por isso, um Plano de Formação desses Profissionais precisa basear-se numa metodologia particular que já seja indutora e experimentadora das escolas do campo que se deseja construir / transformar.

Frente a esse desafio, em 2006, o MEC lançou o edital para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES com comprovado envolvimento na formação de educadores do campo e na experiência em projetos de gestão compartilhada com sujeitos do campo para a construção de uma graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo. Essas IFES foram: da Bahia (UFBA), de Sergipe (UFS), de Brasília (UNB) e de Minas Gerais (UFMG).

Um olhar histórico, sobre a questão da educação destinada a população residente no meio rural nos leva a um entendimento de um momento de passagem da educação rural a educação do campo.

Existe uma contribuição histórica na educação do campo advinda dos estudos de Werthein e Bordenave (1981),⁵ Calazans (1993), Martins (1992), Fonseca (1992), Queiroz (1997), Leite (1999), Moreira (2000), entre outros, que mostram como o desenvolvimento de projetos educacionais para o campo esteve ligado a projetos de desenvolvimento econômico, objetivando o fortalecimento do capitalismo no campo. Esse processo fica bastante evidente, à medida que somente aparecem as primeiras escolas no meio rural quando se ampliam as necessidades do mercado agrícola e, com isso, a necessidade de mão-de-obra especializada.

⁵ Com prefácio de Paulo Freire, que mostra sua familiaridade e cumplicidade com boa parte dos autores do livro.

Por outro lado, também situam possibilidades de avanços possíveis em cada contexto em que produziram suas análises.

Inspirado no dispositivo legal, da educação como direito, instaurado a partir da Constituição de 1988 ocorre a Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo”, conforme mencionado por Damasceno e Beserra (2004), importantes contribuições teóricas, com a marca da luta dos movimentos sociais, portanto fruto do engajamento de seus sujeitos/autores que têm formulando sínteses desse processo, além de encaminhar uma agenda de compromissos a todos os cantos do País e uma passagem político-ideológica da educação rural (herdeira de um passado de negação) à educação do e no campo, buscada a partir das necessidades de seus atores⁶.

Este movimento “Por Uma Educação do Campo” também tem gerado desdobramentos em termos de políticas públicas, como a instituição da Coordenação-Geral de Educação do Campo (CGEC), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC). A CGEC, juntamente com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), organizou, em 2005, o Primeiro Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação do Campo. Em agosto de 2008, ocorreu o segundo encontro dessa natureza. As universidades vêm aumentando sua contribuição nesse debate.

É certo que todo esse movimento social no campo, aliado a um movimento mais amplo de reconhecimento da educação como direito, tem provocado alterações profundas no cenário nacional e tem encaminhado objetivamente propostas e políticas públicas no contexto do reconhecimento e da aceitação das especificidades e diversidades no campesinato brasileiro, que merecem e devem ser considerados na educação do campo.

O marco institucional e legal que deflagra o debate da universalização educacional está referenciado na Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais (Presidência da República Federativa do Brasil, 1988).

Entretanto, apesar de uma década de considerável melhoria no tocante ao acesso à educação, com uma taxa de atendimento de 96,4% das crianças de 7 a 14 anos e uma taxa de

⁶ Kolling, Ir. Nery e Molina, 1999; Arroyo e Fernandes, 1999; Benjamin e Caldart, 2000; Kolling, Cerioli e Caldart, 2002; Arroyo, Caldart e Molina, 2004; Molina e Jesus, 2004.

escolarização de 94,3%, ainda permanecem os problemas da baixa qualidade dos sistemas de ensino (Ministério da Educação, 2004).

Nesta perspectiva, segundo Silva (2008), uma das restrições para o alcance da universalização com qualidade e o aumento dos índices de conclusão do ensino fundamental se encontra relacionada à efetividade da educação presente no meio rural brasileiro.

É no meio rural que se encontram os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade brasileira. O meio rural tem uma população (nesse espaço residente) de aproximadamente 32 milhões de brasileiros (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005), isto é, apesar da intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas, cerca de um quinto da população do nosso país encontra-se vivendo no meio rural.

Apesar, de o contexto educacional brasileiro apresentar algumas iniciativas e expectativas por parte do Estado e sociedade voltadas à educação das populações rurais, algumas apenas com enfoque instrumental e outras partindo do reconhecimento das particularidades culturais e singularidades do povo do campo, Pereira e Nascimento (2003) afirmam, entretanto, que no Brasil, não houve políticas públicas de educação, que viessem atender as reais necessidades dos camponeses.

Neste tocante, faz-se imprescindível salientar a necessidade de uma mudança paradigmática da educação rural para a Educação do Campo. No paradigma da Educação do Campo busca-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor (Ministério da Educação, 2004).

O Projeto ora apresentado pretende problematizar a formulação e a implementação de uma política educacional voltada para a população do campo com atendimento de suas particularidades. Para tal, o projeto educacional estabelece transversalidade com a dinâmica da realidade social, para cumprir em primeira instância sua função social em detrimento de sua função instrumental.

O objetivo é o de promover uma educação, formação e profissionalização alternativa mais apropriada à realidade do campo, de modo a incentivar a permanência do jovem na sua própria região, criando alternativas de trabalho e renda. O ensino no campo, tradicionalmente, não contempla as especificidades e as necessidades da população que vive no meio rural.

Neste sentido, alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo. Ressalte-se aqui, a formação de um novo arcabouço teórico-conceitual e empírico – a Pedagogia da Alternância – que vai ao encontro dessa necessidade explicitada. A Pedagogia da Alternância se caracteriza por alternar a formação do acadêmico entre momentos no ambiente escolar e

momentos no ambiente familiar/comunitário. A proposta é desenvolver um processo de ensino-aprendizagem contínuo em que o acadêmico percorre o trajeto comunidade – universidade – comunidade. Inicialmente, em sua realidade, o acadêmico se volta para a observação, pesquisa e descrição da realidade sócio-profissional do contexto no qual se encontra. Em seguida, o acadêmico vai à universidade, onde socializa, analisa, reflete, sistematiza, conceitua e interpreta os conteúdos identificados na etapa anterior; e por fim, o acadêmico volta para sua realidade, dessa vez com os conteúdos trabalhados de forma a experimentar e transformar a realidade sócio-profissional, de modo que novos conteúdos surgem, novas questões são colocadas, podendo ser novamente trabalhadas no contexto escolar.

De um modo geral, a Pedagogia da Alternância pauta-se na experiência prática do estudante, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e também, com membros da família e da comunidade na qual vive, sujeitos que podem fornecer-lhe ensinamentos sobre aquela realidade.

Assim, este projeto pretende pensar a política pública educacional a partir de uma mudança paradigmática, que toma a Pedagogia da Alternância como alternativa de escolarização para o meio rural, que possibilite ao acadêmico ter acesso à universidade e, ao mesmo tempo, contribui para a sua permanência (se assim desejar) junto à família, à sua cultura e às atividades produtivas. Ou seja, como unidade conceitual e metodológica de práticas sustentáveis de possibilidade de permanência do povo do campo.

Nesse contexto, este Projeto justifica-se pela motivação em compreender como o setor educacional se desenvolveu no Brasil, principalmente, no tocante a educação no campo. A população rural no Brasil enfrenta graves problemas de educação. Docentes sem formação necessária, a falta de apoio às iniciativas de renovação pedagógica e a existência de currículos deslocados das necessidades e das questões do campo prefiguram dentre um amplo mosaico de contradições que produz graves consequências sociais e humanas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

O campo detém especificidades de uma realidade social, política, econômica e cultural bastante complexa, que se caracteriza por diferentes espaços e dinâmicas socioeconômicas. Nesta perspectiva, as formas específicas de organização do tempo e do espaço de aprendizagem escolar, preconizadas pela Pedagogia da Alternância, constituem uma alternativa possível para o cumprimento do direito à educação e para o enfrentamento das problemáticas que envolvem não só a educação formal dos moradores do campo.

A realidade verificada na Região Norte, não difere do quadro observado em âmbito nacional. A Região Norte ocupa desde o ano 2000 o segundo lugar dentre as regiões do país, com maior percentual de residentes na área rural, ficando atrás apenas do Nordeste brasileiro. A consequência da não observância da população que vive no campo produz resultados socioeconômicos graves. A formação não voltada para as especificidades do campo também se reflete em baixos índices de produtividade pelo uso de técnicas inadequadas à realidade de cada região.

Neste contexto, o recorte deste Projeto justifica-se pela necessidade de avançar com a universalização da educação em uma região carente de condições socioeconômicas capazes de promover uma melhoria da qualidade de vida das populações residentes.

Na atualidade, é necessário resguardar as populações rurais nas comunidades que habitam e trabalham, oferecendo ações sociais, qualidade de vida e cidadania, assim como orientações corretas quanto ao processo produtivo. Assim sendo, estas comunidades poderão permanecer nestes lugares contribuindo desta forma com a redução do êxodo rural, prática ainda constante no espaço amazônico como um todo; bem como oportunizar uma reflexão não distanciada de suas relações de produção econômica e de suas identidades socioculturais.

Com a proposição da Licenciatura Plena em Educação do Campo⁷ pretende-se “preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno”. Para isso o Curso deve tanto formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, como propiciar as bases de organização do trabalho escolar e pedagógico, a partir de estratégias de formação para a docência multidisciplinar em uma organização curricular por áreas do conhecimento.

4.3.2. Objetivo do Curso

Pretende-se formar um profissional capaz de: (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir da área de conhecimento propostas, a saber: Códigos e Linguagens; (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar.

- **Objetivos do Curso**

⁷ As informações a seguir são oriundas do documento intitulado Licenciatura (Plena) em Educação do Campo, encaminhado pelo MEC às IFES que apresentaram proposta ao Procampo. Esse documento foi aprovado pela plenária do GPT de Educação do campo em 6 de abril de 2006 e na plenária da Câmara Temática de Formação do MEC em 07 de abril de 2006.

- **Objetivo Geral:** Realizar uma formação contextualizada na área de Artes e Música que possibilite ao discente de Licenciatura uma identidade na área de formação de educadores/as politicamente comprometida com a cultura, as lutas sociais e com o campo brasileiro.
- **Objetivos Específicos:**
 - Formar professores para o exercício da docência na área de conhecimento Códigos e Linguagens nos anos finais do ensino Fundamental e Ensino Médio com foco em Artes-Música e Artes Visuais em consonância com a realidade social e cultural específica das populações que trabalham e vivem no e do campo;
 - Formar sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de inventar soluções para questões inerentes à sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável;
 - Garantir uma reflexão/elaboração político/pedagógica específica sobre a educação para o trabalho, a educação técnica, tecnológica e científica a ser desenvolvida especialmente na Educação Básica de nível médio e nos anos finais da educação fundamental;
 - Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a necessidade e a qualidade exigida pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e pela histórica desigualdade que sofrem;
 - Articular durante todo o percurso formativo do curso ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão voltadas para demandas da Educação do Campo num diálogo entre o Tempo-Espaço Universidade e o Tempo-Espaço Comunidade.

4.3.3. Perfil Profissiográfico

O perfil do Licenciado em Educação do Campo a partir da formação comum da docência na Educação Básica está estruturado de forma a garantir uma consistente formação teórica, uma diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso. Tem uma sólida formação de base generalista, crítica e ética, possibilitando ao cidadão-profissional aprofundamento em áreas de conhecimento do Curso e desenvolvendo uma preocupação com a formação continuada.

Almeja-se para a formação do profissional da educação, que ele tenha domínio dos conteúdos e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação das classes menos privilegiadas; tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

4.3.4. Competências, atitudes e habilidades.

O curso deve proporcionar as competências, atitudes e habilidades coerentes com seus objetivos e com o perfil profissional. Em um curso desta natureza que forma o licenciado em educação do campo, tendo como base a docência para atuar como professor multidisciplinar, pretende-se desenvolver no estudante a capacidade de:

- analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;
- interpretar a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local;
- resolver situações-problemas que exijam análise, síntese, avaliação e aplicação de conhecimentos;
- utilizar formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados; bem como compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;
- articular os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos;
- posicionar-se criticamente frente à realidade de forma a contribuir no processo de construção social consciente e criativamente;
- propor formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais concebendo-as como espaços educativos;
- respeitar e tolerar as diferenças - pluralidade de ideais e concepções -, contribuindo para o convívio democrático e o desenvolvimento da sensibilidade ética e da solidariedade;
- manter-se informado sobre as transformações sociais e sobre os novos conhecimentos produzidos, de forma a definir e redefinir o seu papel de educador;
- demonstrar autonomia intelectual no exercício de sua atividade ao tomar decisões e apresentar soluções alternativas no tratamento das questões educativas;

- apresentar condições teórico-metodológicas para coordenar e executar programas, projetos e experiências vinculadas a processos formais de escolarização e processos não-formais de práticas alternativas em educação;
- compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;
- identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos demais lócus educativos;
- buscar articulações que permitam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico;
- vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- assumir o compromisso de contribuir para a melhoria da educação e das condições sociais sobre as quais ela se dá;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- promover diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo;
- atuar como agentes interculturais, com vistas a valorização e o estudo de temas relacionados à educação do campo.

4.3.5. Campo de atuação profissional

O campo de atuação do Licenciado em Educação do Campo pode abranger as seguintes áreas:

- Docência na Educação Fundamental, nos anos finais e no Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos adquiridos de forma multidisciplinar em uma área de conhecimento prevista, especialmente nas escolas do campo;

- Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação do campo e escolas rurais / do campo;

- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;

- Atuação pedagógica junto às comunidades rurais, no desenvolvimento trabalho pedagógico com as famílias, grupos sociais, cooperativas, associações e movimentos sociais, junto às lideranças e equipes e para a implementação (técnica e organizativa) de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável;

- Atuar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos do campo em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

4.3.6. Organização Curricular

4.3.6.1. Conteúdos Curriculares

A objetivação do processo de formação acadêmica da LPEC será buscada tomando como ponto de partida o resgate e estudo dos elementos que compõem a memória, saberes, valores, costumes e práticas sociais e produtivas dos sujeitos do campo, da agricultura familiar e da sustentabilidade, buscando a partir da prática da pesquisa por eixos temáticos fomentar a análise e compreensão acadêmica interdisciplinar sobre as características socioculturais e ambientais, que demarcam o território de existência coletiva destes sujeitos, tendo em vista compreender em sua complexidade os conflitos e contradições que determinam tal existência e desenvolver a capacidade teórico-prática para pensar-organizar-fazer uma escola básica do campo que construa uma formação crítico-criativa, comprometida com os princípios de uma pedagogia emancipatória.

Assim, o curso assume como princípios pedagógicos:

- A formação contextualizada
- A realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo fonte de conhecimentos;
- A pesquisa como princípio educativo;
- A indissociabilidade teoria-prática;

- O planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade];
- Os alunos como sujeitos do conhecimento;
- E a produção acadêmica para a transformação da realidade.

Da mesma forma que o curso exige do educando um exercício teórico-metodológico pautado na pesquisa inter e pluridisciplinar, a ação docente também deverá se pautar numa perspectiva pedagógica que permita o rompimento das barreiras disciplinares.

Está no cálculo do projeto que os professores que atuarão no curso devem pautar suas ações docentes nos eixos que orientam a formação do educando. Assim sendo, a cada momento inicial de etapa, haverá encontros de planejamento integrado envolvendo os docentes que atuarão naquela etapa nas diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de estreitar o diálogo em torno do eixo que norteia aquela etapa do curso. Serão criados espaços de encontros, estudos de grupos, grupos de pesquisa que devem favorecer ações integradas entre professores e áreas de conhecimento. Além disso, a cada início de etapa, cada professor deve socializar o seu percurso teórico metodológico a ser adotado, de acordo com a orientação dos eixos e as problemáticas por eles endereçadas. O que se espera, portanto, é a construção de possibilidades de trabalhos coletivos no interior da universidade, no sentido de re-significar práticas docentes em prol de um Projeto de Educação do Campo.

- **Núcleos de Formação:** A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo propõe a organização e desenvolvimento do processo formativo através de três núcleos distintos e inter-relacionados, contemplando momentos de estudo comum, momentos de estudo específico e momentos livres de aprofundamento de conhecimentos. Nesta perspectiva, se propõem a seguinte estrutura curricular:

- **Núcleo Comum:** aglutinará os conteúdos acadêmicos referentes à área de Linguagens de Códigos e Linguagens, focando os estudos necessários à construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades da docência; à compreensão dos aspectos que envolvem o desenvolvimento aprendizagem em geral e o desenvolvimento da linguagem oral e escrita; ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa em educação; à compreensão das características e práticas próprias da agricultura familiar; e à compreensão das questões que envolvem a realidade do campo no Brasil e na Amazônia.

- **Núcleo Específico:** aglutinará os conteúdos específicos referentes a área de conhecimento de artes visuais e música, focando os estudos necessários à construção de conhecimentos e habilidades docentes especializadas por área; à reflexão epistemológica de cada área; ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa por área; e a compreensão de aspectos da realidade do campo em acordo com aquilo que é próprio da área.

- **Núcleo de Atividades Complementares:** As atividades complementares correspondem a 200 horas e deverão ser cumpridas ao longo do curso. Consistem em momentos de vivência nos ambientes e situações no âmbito dos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de abrangência do curso, onde o educando ampliará sua formação prática como componente curricular. São consideradas atividades complementares aquelas vivenciadas ao longo do curso através de atividades de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas na forma de monitorias, excursões, pesquisas de campo, estágios não obrigatório, participação em eventos (seminários, debates, palestras, cursos, minicursos, oficinas, etc.).

O núcleo comum e o específico realizar-se-ão durante oito etapas de uma forma intercalada a cada Tempo-Espaço Universidade, sendo que cada etapa deverá iniciar com atividades do núcleo comum, realizando-se em seguida as atividades do núcleo específico e concluindo-se a etapa novamente com atividades do núcleo comum. Espera-se que a pesquisa a ser construída em cada Tempo-Espaço Comunidade estimule as atividades de estudo próprias de cada núcleo a cada Tempo-Espaço Universidade.

Nas duas últimas etapas, espera-se que o conjunto de estudos produzido a partir dos dados da pesquisa construída ao longo do curso em cada Tempo-Espaço Comunidade, se constitua em um diagnóstico sociocultural, ambiental e econômico que estimule durante estas etapas debates e reflexões que gerem como Trabalho de Conclusão de Curso projetos de ação voltados a educação do campo na região.

Disciplinas que compõem a dimensão pedagógica do curso: As disciplinas que compõem a dimensão pedagógica, em atendimento ao art. 11 da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que prevê que sua carga horária seja no mínimo a quinta parte do total do curso são:

Código	Nome das disciplinas-Dimensão Pedagógica	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Tota
	História da Educação	4	45	15	-	60
	História da educação do campo	4	45	15		60

	Filosofia da educação	4	45	15	-	60
	Sociologia da Educação	4	45	15	-	60
	Psicologia da Educação	4	45	15	-	60
	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	4	45	15	-	60
	Didática Geral	4	45	15	-	60
	Avaliação da Aprendizagem	4	45	15	-	60
	Fundamentos do ensino e aprendizagem em artes visuais	4	45	15	-	60
	Práticas Pedagógicas da Educação do campo	4	45	15	-	60
	Educação Ambiental	4	45	15	-	60
	Fundamentos da Educação Musical	4	45	15	-	60
	Educação para Relações étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira	4	45	15	-	60
	Metodologia do Ensino de Artes	4	15	45	-	60
	Total	56	600	240	-	840

6.8 Matriz Curricular

1º. Semestre – Bloco I

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
	Estado, Sociedade e Questões Agrárias	4	45	15	-	60
	Língua Portuguesa	4	45	15	-	60
	História de Vida	4	45	15	-	60
	História da Arte	4	45	15	-	60
	Movimentos Sociais	4	45	15	-	60
	Fundamentos da Notação Musical	4	45	15	-	60
	Seminário Integrador I	2	-	-	30	30
	Total		270	90	30	390

2º. Semestre – Bloco II

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
	Cartografia Social	4	45	15	-	60
	Leitura e produção de texto	4	45	15	-	60
	História da Educação	4	45	15	-	60
	Teoria e Percepção Musical I	4	45	15	-	60
	Estética e Filosofia da Arte	4	45	15	-	60
	Sociologia da educação	4	45	15	-	60
	Filosofia da Educação	4	45	15	-	60
	Seminário Integrador II	2	-	-	30	30

Total		315	105	30	450
--------------	--	------------	------------	-----------	------------

3º. Semestre – Bloco III

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico Prático	
	Psicologia da Educação	4	45	15	-	60
	Percepção visual	4	45	15	-	60
	Metodologia Científica	4	45	15	-	60
	Prática de Coral I	4	45	15	-	60
	Teoria e Percepção Musical II	4	45	15	-	60
	História da Educação do Campo	4	45	15	-	60
	Didática Geral	4	45	15	-	60
	Seminário Integrador III	2	-	-	30	30
Total			315	105	30	450

4º. Semestre – Bloco IV

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico Prático	
	Prática Coral II	4	45	15	-	60
	Educação Ambiental	4	45	15	-	60
	Laboratório de Artes Visuais I	4	45	15	-	60
	História da Música Ocidental	4	45	15	-	60
	Estética e poética camponesa	4	45	15	-	60
	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	4	45	15	-	60
	Seminário Integrador IV	2	-	-	30	30
Total			270	90	30	390

5º. Semestre – Bloco V

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico Prático	
	Laboratório de Artes Visuais II	4	45	15	-	60
	Avaliação da Aprendizagem	4	45	15	-	60
	História da música popular brasileira	4	45	15	-	60
	Práticas Pedagógicas da Educação do campo	4	45	15	-	60
	Instrumento eletivo I	4	15	45	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado I	4	45	15	-	60
	Seminário Integrador V	2	-	-	30	30
Total			240	120	30	390

6º. Semestre – Bloco VI

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Libras	4	45	15	-	60
	Instrumento eletivo II	4	15	45	-	60
	Optativa	4	45	15	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	6	-	90	-	90
	Fundamentos do ensino e aprendizagem em artes visuais	4	45	15	-	60
	Seminário Integrador VI	2	-	-	30	30
Total			150	180	30	360

7º. Semestre – Bloco VII

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Trabalho de Conclusão de Curso I	4	30	15	-	45
	Estágio Curricular Supervisionado III	8	-	120	-	120
	Instrumento eletivo III	4	15	45	-	60
	Fundamentos da Educação Musical	4	45	15	-	60
	Seminário Integrador VII	2	-	-	30	30
	Metodologia do Ensino de Artes	4	15	45	-	60
Total			105	240	30	375

8º. Semestre – Bloco VIII

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Educação para Relações étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira	4	45	15	-	60
	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	-	60	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado IV	9	65	70	-	135
	Seminário Integrador VIII	2	-	-	30	30
Total			110	145	30	285

Instrumentos Eletivos

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico prático	Total
	Cordas dedilhadas I	4	15	45	-	60
	Cordas dedilhadas II	4	15	45	-	60

	Cordas dedilhadas III	4	15	45	-	60
	Sopro ou percussão I	4	15	45	-	60
	Sopro ou percussão II	4	15	45	-	60
	Sopro ou percussão III	4	15	45	-	60
	Instrumento com teclado I	4	15	45	-	60
	Instrumento com teclado II	4	15	45	-	60
	Instrumento com teclado III	4	15	45	-	60

OPTATIVAS						
Código	Nome das Disciplinas	Crédito	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico prático	Total
	Laboratório de fotografia	4	45	15	-	60
	Musicologia e etnomusicologia	4	45	15	-	60
	Representações literárias do universo camponês	4	45	15	-	60
	Teoria política	4	45	15	-	60
	Geografia agrária e territorialidades contemporâneas	4	45	15	-	60
	Práticas educativas nas ações políticas dos movimentos sociais	4	45	15	-	60
	Arte, Cultura e Sociedade	4	45	15	-	60
	Laboratório de Pintura	4	45	15	-	60
	Construção Cênica de Narrativas	4	45	15	-	60
	Laboratório de Desenho	4	45	15	-	60

	Horas
Disciplinas Obrigatórias	2.445
Disciplinas Optativas	60
Disciplinas eletivas	180
Estágio Supervisionado	405
Atividades Complementares	210
Carga Horária Total do Curso	3.300

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: Estado, Sociedade e questões agrárias	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA:	
Teorias do Estado na sociedade capitalista e sua produção. O papel do Estado na elaboração de políticas sociais e educacionais. O que é questão agrária. A evolução da situação de posse e uso da terra no Brasil e a formação do campesinato brasileiro. Diferentes teses clássicas sobre a questão agrária brasileira. Debate atual sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento do campo.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
 MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.
 PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: Flacso do Brasil, 1991.
 IANNI, Octavio. **A Luta pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.
 KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
 LOMBARDI, J. C.: **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Caçador: UnC, 2001.
 MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

DISCIPLINA: Língua Portuguesa**CARGA HORÁRIA: 60 horas****EMENTA:**

As relações entre oralidade e escrita e suas representações da cultura camponesa (nas artes e nas ciências) a partir dos fundamentos da linguística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005 (Língua[gem]; 11).
 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2010.
 MOLLICA, Maria Cecília. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.
 BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro (org.). **Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito**. São Paulo: Parábola, 2013.
 CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**. Petrópolis: Vozes, 2003.
 GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1985.
 SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

DISCIPLINA: História de Vida**CARGA HORÁRIA: 60 horas****EMENTA:**

Relação teórico-epistemológica entre história e memória. Memória e temporalidades. História Oral, narrativas e bibliografias. Autobiografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
 BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
 LECHNER, Elsa. **Histórias de vida: Olhares interdisciplinares**. In Elsa Lechner (Org.), Introdução: O olhar biográfico. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HELLER, Agnes. **Estrutura da vida cotidiana**. In: _____. O Cotidiano e a História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRANDÃO, Ana (2007). **Entre a vida vivida e a vida contada**: A história de vida como material primário de investigação sociológica. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **A arte de contar e trocar experiências**: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. s/d, [impresso] 21f.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira; adaptação à edição brasileira Maria Vianna. São Paulo: Cortez, 2004.

DISCIPLINA: História da Arte	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Conceito de arte. Manifestações das artes na história da Humanidade. O alvorecer da modernidade na arte e a herança da arte europeia nas Américas. Renascimento e Maneirismo. Barroco e Rococó. Neoclassicismo. Romantismo. Realismo. Impressionismo. Pós-Impressionismo e gravura japonesa. Simbolismo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GOMBRICH, E. H. A história da arte . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. JANSON, H. W. História geral da arte : renascimento e barroco. São Paulo: Martins Fontes, 2001. STRICKLAND, Carol. Arte comentada : da pré-história ao pós-moderno. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. BARBOSA, Ana M. A imagem no ensino da arte . São Paulo: Perspectiva, 1991. BRANDÃO, Juanito de S. Teatro grego : tragédia e comédia. Petrópolis: Vozes, 1988. BRONOWSKI, Jaco. Arte e conhecimento : ver, imaginar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 1983. CUMMINING, Robert. Para entender arte . São Paulo: Ática, 1996.	

DISCIPLINA: Movimentos Sociais	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Movimentos sociais, ONGs e Cidadania. O Movimento Social no século XXI. Estudo dos movimentos sociais como sujeitos-coletivos de cidadania ativa no campesinato local e nacional. Novos atores sociais, Cidadania Coletiva e Emergência de Espaços Públicos Não Estatais; Redes Sociais e Redes de Movimentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRANK, André Gunder, Fuentes, Marta. As dez teses acerca dos movimentos sociais . São Paulo. Revista Lua Nova, 1989, n.17. COHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais . São Paulo: Cortez, 2007. LARANJEIRA, Sônia M.G. (Org.). Classes e movimentos sociais na América Latina . São Paulo: Hucitec, 1990.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA, Wellington; Sauer, Sérgio. Terras e Territórios na Amazônia : demandas,	

desafios e perspectivas.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.

COSTA, Sergio. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 1997, vol.12, no.35.

DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DISCIPLINA: Fundamentos da Notação Musical	CARGA HORÁRIA: 60 horas
---	--------------------------------

EMENTA:

Estudo de teoria e notação elementar da música ocidental, incluindo o estudo dos princípios teóricos de organização rítmica, de alturas e da terminologia dos conceitos musicais usados em diferentes práticas musicais do ocidente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, M. R. R.; FIGUEIREDO, S. L. F. **Exercícios de Teoria Musical: Uma abordagem prática**. 6ª Ed. São Paulo: Vitale Artes Gráficas, 2004.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. Brasília: Musimed, 1996. (p. 13 a 88)

LACERDA, Osvaldo. **Regras de grafia musical**. São Paulo: IBEL, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Vila Rica; Brasília: INL, 1972.

BENNETT, Roy. **Como Ler uma partitura**. São Paulo: Jorge Zahar, 1990.

HINDEMITH, Paul. **Treinamento Elementar para Músicos**. São Paulo: Ricordi, 1970.

Música na Educação Básica. Revista da Associação Brasileira de Educação Musical. Vol. 3 nº 3. Porto Alegre: ABEM, 2011. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/>>. Acesso em 26 ago. 2013.

SCHAFER, M. **O ouvido pensante**. São Paulo: UNESP, 1991.

DISCIPLINA: Seminário Integrador I	CARGA HORÁRIA: 30 horas
---	--------------------------------

EMENTA:

Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA: Cartografia Social	CARGA HORÁRIA: 60 horas
---------------------------------------	--------------------------------

EMENTA:

A cartografia na humanidade e as formas de representação do espaço; cartografia e astronomia; cartografia e suas relações com as ciências naturais e sociais. A Cartografia Social; Percursos metodológicos da cartografia social; cartografia social aplicada nas ciências humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALMEIDA, F. G. de; SOARES, L. A. A. (Orgs.). **Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DUARTE, P. A. **Fundamentos de cartografia**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACSELRAD, H (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

MARTINELLI, M. **Cartografia Temática: Caderno de Mapas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MOURA FILHO, J. **Elementos de Cartografia: técnica e história**. Belém: Falangola, 1993.

OLIVEIRA, C. de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DISCIPLINA: Sociologia da Educação

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

A disciplina pretende interpretar as relações educação e sociedade; educação e sociologia. Promover o estudo das concepções teóricas de educação no discurso sociológico dos autores clássicos e contemporâneos. Busca ainda, relacionar as principais teorias sociológicas como suporte de análise da realidade escolar, aprofundando a compreensão do que seja o papel desempenhado pela Sociologia no quadro educacional da atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

NOGUEIRA, M. A e CATANI, A. Pierre Bourdieu: **escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, T. T. **O que se produz e o que se reproduz em educação**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Ildeu Moreira (org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. São Paulo, SP: Mercado das Letras, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo, SP: Cortez editora, Revisão atualizada, 2010.

IANNI, Octávio. **Sociedade e Sociologia no Brasil**, SP, Alfa-Ômega, 1994.

SAVIANI, Demerval, **Escola e Democracia**. SP, Cortez, 1984.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia da Educação**. SP, Atual, 1997.

DISCIPLINA: Leitura e produção de texto

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Compreensão dos processos de leitura e escrita a partir da noção de gêneros textuais. Leitura e produção de texto no contexto pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Coleção biblioteca universal).

DIONISIO, A. P. et al (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, 2004.

BARBOSA, Severino Antonio M. **Redação: escrever é desvendar o mundo**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

ZACCUR, Edwiges (org.). **A magia da linguagem**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

DISCIPLINA: História da Educação	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: História da Educação Escolar no Brasil. Educação nas Políticas Públicas e na Legislação Brasileira. Concepções de Educação. Educação e Movimentos Sociais: Educação Popular; Educação para Cidadania. Educação da Alternância e Educação do Campo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil . 3. ed., rev. e ampliada. São Paulo: Moderna, 2006. GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação Brasileira , 1ª edição, São Paulo: Editora Cortez, 2006. SAVIANI, D. A pedagogia no Brasil: História e teoria . Campinas, SP: Autores Associados, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salette. MOLINA, Mônica Cstagna (Orgs.) Por uma educação do campo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. CALDART, R.S. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola . Petrópolis: Vozes, 1999. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes . 20. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2003. HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras . São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973) . 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.	

DISCIPLINA: Teoria e Percepção Musical I Pré-requisito: Fundamentos da Notação Musical	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Estudo da teoria elementar da música tonal ocidental, incluindo, percepção, prática, apreciação de timbres e reconhecimento dos conceitos musicais usados em diferentes práticas musicais do ocidente como ferramenta cultural e de inclusão social.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ADOLFO, Antônio. O Livro do Músico . 5.ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2011. CHEDIAK, Almir. Harmonia e Improvisação Vol. 1. Rio de Janeiro: Luimiar, 2009. PILHOFER, M. DAY, H. Teoria Musical Para Leigos . Alta Books Ed.: Rio de Janeiro, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BONA, Pascoal. Curso completo de divisão musical . São Paulo: Irmãos Vitale, 1999.	

CARDOSO, Belmira e MASCARENHAS, Mário - **Curso completo de teoria musical e solfejo**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.
 GRAMANI, José Eduardo. **Rítmica Viva: a consciência musical do ritmo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
 LIMA, M. R. R.; FIGUEIREDO, S. L. F. **Exercícios de Teoria Musical: Uma abordagem prática**. São Paulo: Attar Ed., 1991.
 POZZOLI. **Guia teórico-prático para o ensino do ditado musical: parte I**. São Paulo: Ricordi, 2006.

DISCIPLINA: Estética e Filosofia da Arte	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Conceito de Estética. O Belo e o trágico na Filosofia Grega. Arte e Representação. Conceito de sublime na Filosofia Moderna. Estética: Sensações e Sentimentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HUME, D. Do padrão do gosto . São Paulo: Abril Cultural 1978. KANT, I. Crítica da faculdade do juízo . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. SCHOPENHAUER, A. O mundo como vontade e como representação . Marília: Unesp, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARISTÓTELES. Poética . Porto Alegre: Globo, 1966. PAREYSON, L. Os problemas de estética . São Paulo: Martins fontes, 2001. NUNES, B. Introdução à filosofia da arte . São Paulo: Ática, 2001. PLATÃO. A república (livro 10). Lisboa: Kaloustegoubenkian, 1997. SCHILLER, F. A educação estética do homem numa série de cartas . São Paulo: Iluminuras, 1990.	

DISCIPLINA: Filosofia da Educação	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Concepções de homem, de mundo e de sociedade e seus desdobramentos em ideais, projetos e práticas educativas e sobre a produção do conhecimento. Concepções Filosóficas da Educação. Relações entre Teorias Pedagógicas e as Teorias do Conhecimento. Práxis, Ética, Estética e Ação Pedagógica. Natureza da atividade filosófica ligada à educação. Formação Integral e a Pesquisa como Princípio Educativo na Educação Básica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AGOSTINHO. De magistro . São Paulo: Loyola, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. RANCIÈRE, J. O mestre ignorante . Belo horizonte, Autêntica, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARANHA, M. Filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 1996. FULLAT, O. Filosofia da educação . Petrópolis: Vozes, 1995. GILES, Th. Filosofia da Educação . São Paulo: EPU, 1993. PAVIANI, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação . 3.ed., Caxias do Sul: DUCS, 1986. SEVERINO, A. J. Filosofia da educação: construindo a cidadania . São Paulo: FTD, 1994.	

DISCIPLINA: Seminário Integrador II Pré-requisito: Seminário Integrador I	CARGA HORÁRIA: 30 horas
EMENTA: Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco.	

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: Psicologia da Educação	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da Aprendizagem . 2ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1987. COUTINHO, Maria Tereza da Cunha & MOREIRA, Mércia. Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humana voltado para a educação . 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1993. VIGOTSKII, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . São Paulo: Ícone, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006. DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na Educação . São Paulo: Cortez, 1990. FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 1997 JOHNSON, Louis J.; MYKLEBUST, Helmer R. Distúrbios de aprendizagem . 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. NYE, Robert D. Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers . 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005.	

DISCIPLINA: Percepção Visual	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Estudos sobre a teoria da percepção visual. Sensação, percepção e cognição na visualidade. Fundamentos da Semiótica visual. Leitura e interpretação de obras visuais a partir da percepção: subjetividade e objetividade.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção visual: uma psicologia da visão criadora . São Paulo: EDUSP, 1980. AUMONT, Jaques. A imagem . Campinas, SP: Papirus. 1993. MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção . São Paulo: Martins Fontes, 1996.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas . São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. BERGER, John. Modos de ver . São Paulo: Editora Rocco. 1999. DANTO, Arthur C. A transfiguração do lugar-comum . São Paulo: Cosac & Naif, 2005. DIDI-HUBERMAN, Georges. O que vemos, o que nos olha . Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.	

LICHTENSTEIN, Jacqueline (org). **A pintura: textos essenciais**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

DISCIPLINA: Metodologia Científica

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Metodologia de estudo e do trabalho acadêmico. Elaboração de projeto e trabalho científico. Problemas e formas de conhecimento. Origem e evolução da ciência e do método científico. Tipos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
 PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas-SP: Papirus, 2004.
 SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, ed. 23a. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
 DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempos Brasileiros, 1994.
 FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.
 MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
 SOUZA, Antonio Carlos de, FIALHO, Francisco Antonio Pereira e OTANI, Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

DISCIPLINA: Prática Coral I

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

A prática da música vocal em conjunto. Desempenho vocal: respiração, afinação, qualidade sonora e expressividade. Grupos vocais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, H. **Técnica vocal para coros**. Novo Hamburgo: Sinodal. 2001.
 LEITE, M. **Método de Canto Popular Brasileiro para Vozes Médio-Agudas**. Rio de Janeiro: Lumiar, 2001.
 SOBREIRA, S. **Desafinação vocal**. Rio de Janeiro: Musimed, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AIZPURUA, P. **Teoria del conjunto coral**. Madrid: Real Musical, 1986.
 BARRETO, Conceição de Barros. **Canto coral: organização e técnica de coro**. Petrópolis: Vozes, 1973.
 FIGUEIREDO, S. L. F. **O ensaio coral como momento de aprendizagem: a prática coral numa perspectiva de educação musical**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1990.
 MATHIAS, Nelson. **Coral: um canto apaixonante**. Brasília: MusiMed, 1986.
 RIO DE JANEIRO/PREFEITURA. **Música na escola: O uso da voz**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação/ Conservatório Brasileiro de Música (Série Didática), 2000.

DISCIPLINA: Teoria e Percepção Musical II Pré-requisito: Teoria e Percepção Musical I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Aprofundamento do estudo da teoria elementar da música tonal ocidental, incluindo, percepção, prática, apreciação de timbres e fundamentos de harmonia.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHEDIAK, Almir. Harmonia e Improvisação Vol. 2. Rio de Janeiro: Luimiar, 2009. MICHELS, Ulrich. Atlas de música I . Madrid: Alianza, 1992. POZZOLI. Guia teórico-prático para o ensino do ditado musical: parte II . São Paulo: Ricordi, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DALCROZE, Emile Jacques. Le rytme, la musique et l'éducation . Lausanne: Freire Éditions, 1965. FELDSTEIN, Sandy. Complete Theory: A self-instruction music theory course . Alfred Publishing, 1998. GAINZA, Violeta . La Iniciacion Musical del Niño . Buenos Aires: Ricordi, 1964. GRAMANI, José Eduardo. Rítmica . São Paulo: Perspectiva, s/d. MICHELS, Ulrich. Atlas de música II . Madrid: Alianza, 1992.	

DISCIPLINA: História da Educação no Campo	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: História das Legislações Educacionais e Políticas Públicas para Educação Rural no Brasil. História, Cultura e Identidade Camponesa. História e Princípios da Educação Popular e do Movimento Por Uma Educação do Campo. Movimentos Sociais do Campo e Educação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARROYO, Miguel. Por uma educação do campo . 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. MOLINA, Mônica. Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para Reflexão . Brasília: MDA/MEC, 2010. PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos . 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). A questão política da educação popular . 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. A educação negada . São Paulo: Cortez, 2001. HAGE, Salomão A. M. (Org). Educação do Campo na Amazônia: retrato de realidade de escolas multisseriadas no Estado do Pará . Belém, PA: Gutemberg, 2005. PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes . São Paulo: Cortez, 2001. SILVA, Maria do Socorro. Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história . Brasília: CONTAG, 2005.	

DISCIPLINA: Didática Geral	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GHIRALDELLI JR, P. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.

LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Didática: o ensino e suas relações**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, Vera Maria F.A. **Didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas: Papirus, 1995.

FREITAS, L. C (org.) **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Técnicas de Ensino: Por que não?** Campinas, SP: Papirus, 1991.

DISCIPLINA: **Seminário Integrador III**

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Pré-requisito: **Seminário Integrador II**

EMENTA:

Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: **Prática Coral II**

CARGA HORÁRIA: 60 horas

Pré-requisito: **Prática Coral I**

EMENTA:

A prática da música vocal em conjunto. Desempenho vocal: respiração, afinação, qualidade sonora e expressividade. Grupos vocais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSEF, Gloria Calvente Mario R.; WEYRAUCH, Cleia Schiavo. **Desenredos: uma trajetória da música coral brasileira**. Mauad, 2002.

OITICICA, Vanda. **O bê-a-bá da técnica vocal**. Brasília: Musimed, 1992.

ZANDER, Oscar. **Regência coral**. Porto Alegre: Movimento, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAE, Monica Marsola Tutti. **Canto: uma expressão**. Irmãos Vitale Isbn, 2001.

BERIO, Luciano. **Entrevista sobre música**. (Realizada por Rossana Dalmonte). Ed. Civilização Brasileira, s.d..

FIGUEIREDO, S. L. F. **O ensaio coral como momento de aprendizagem: a prática coral numa perspectiva de educação musical**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

REHDER, Mara Behlau Maria Ines. **Higiene vocal para o canto coral**. Revinter, 1997.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DISCIPLINA: Educação Ambiental	CARGA HORÁRIA: 60 horas
<p>EMENTA: “Crise” civilizatória e surgimento da questão ambiental; a questão ambiental internacional no pós-guerra; a consciência ambiental nos anos 60 e 70; os movimentos ambientalistas dos anos 90; a questão ambiental nos anos de 1980 e 1990; O movimento ambientalista Brasileiro; Educação Ambiental e transversalidade, conceitos em educação ambiental; Educação Ambiental no Ensino Formal; Educação Ambiental e movimentos sociais; atividades e materiais didáticos em Educação Ambiental; Educação ambiental e formação de professores.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro. v. 09, n. 16/17p. 46-56, 2001. KRASILCHIK M. A preparação de professores e educação ambiental. In: Caderno do III Fórum de Educação ambiental, São Paulo, Gaia, 1995.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR . ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba. Agropecuária, 2002. ALENCAR, A. et al. Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica. Manaus: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2004. CASTRO, R. S. de; LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F.B. Sociedade e Meio Ambiente. São Paulo: Cortez, 2012. GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura Sustentável. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. REIGOTA, M. Meio Ambiente e Representação Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>	

DISCIPLINA: História da Música Ocidental	CARGA HORÁRIA: 60 horas
<p>EMENTA: Introdução à história da música e à musicologia histórica. Principais aspectos, características, eventos musicais significativos, fontes documentais, compositores, obras significativas e bibliografia sobre a música ocidental desde a Idade Média até o século XXI.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GROUT, Donald J. – PALISCA, Claude V. História da Música Ocidental. Portugal: Gradiva, 1994. HARNONCOURT, Nikolaus. O discurso dos sons. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. MICHELS, Ulrich. Atlas de música. Volume II. Madrid: Alianza, 1992.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HARNONCOURT, Nikolaus. O diálogo musical. Rio de Janeiro, Zahar, 1994. IBERNÓN, Fernando (org). A educação no século XXI. Os desafios do futuro imediato. Trad. Ernani Rosa, 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. KIEFER, Bruno. História da música brasileira. 3ª Ed. R. G. do Sul: Movimento, 1982. NEVES, José Maria - Música contemporânea brasileira. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1984. VINCI DE MORAES, José G. e SALIBA, Elias T. História e Música no Brasil. São Paulo: Alameda, 2010.</p>	

DISCIPLINA: Estética e poética Camponesa	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Mística e movimento social: conceitos e práticas. Constituição do imaginário social sobre o homem/meio rural. Abordagem cinematográfica quanto ao homem/meio rural. Cultura camponesa. Folclore, religiosidade e manifestações culturais. Arte e estética Camponesa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FOX, Robin. Parentesco e Casamento : uma perspectiva antropológica. Lisboa: Vega, 1986. LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982. As Estruturas Elementares de Parentesco . Petrópolis: Editora Vozes. PIERSON, Donald (org). 1970. Estudos de Organização Social . São Paulo: Martins Fontes.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AUGÉ, Marc. Os Domínios do Parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70, 1978. DUMONT, Louis. s/d. Introducion e dos teorias de la antropologia . Barcelona, Espanha: Anagrama, 1975. EVANS-PRITCHARD, Eduard E. Os Nuer : uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. FONSECA, Cláudia. Paternidade brasileira na era do DNA: a certeza que pariu a dúvida. Cadernos de Antropología Social , nº 22, 2005, pp. 27–51. RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. Estrutura e função nas sociedades primitivas . Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1989.	

DISCIPLINA: Laboratório de Artes Visuais I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Desenvolvimento e estímulo à criação, a partir da hibridação de processos artísticos, com base em diferentes técnicas, suportes e instrumentos aplicados às artes visuais. Pressupostos metodológicos para pesquisa em artes visuais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA KANDISNSKY, Wassily. Do espiritual na arte . Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação . Petrópolis: Vozes, 2002. WOLLHEIM, Richard. A arte e seus objetos . São Paulo: Martins Fontes, 1994.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARDOSO, Rafael. (Org.). O Design Brasileiro : antes do design. São Paulo: Cosac & Naif, 2005. DERDICK, Edith. Formas de pensar o desenho . São Paulo: Scipione, 1994. FRANCASTEL, Pierre. Pintura e Sociedade . São Paulo: Martins Fontes, 1999. FRESQUET, G. & Parramón, José M. Como pintar a la acuarela . Barcelona: Parramón Ediciones, 1990 (Coleção Aprender Haciendo). GOMES, Luiz Vidal Negreiros. Desenhismo . Sta Maria, RS: Editora da UFSM, 1994.	

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Estrutura e Funcionamento do Sistema de Ensino no Sistema da Educação Nacional e do Campo. Política de formação de professores para o campo (suas especificidades). O histórico da educação do campo no Brasil. Educação do campo e as propostas dos movimentos sociais. O direito educacional. Gestão da educação básica.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel Gonzáles & MOLINA, Mônica Castagna (orgs). Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DOURADO, L. F. **A reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990**. In DOURADO, L.; PARO, V. H. (org.) **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (org.). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

ANTONIO, C. A & LUCINI, C. **Ensinar e aprender na educação do campo: Processos Históricos pedagógicos em ação**. Cadernos CEPES, Campinas, vol.27, nº.72, 2007, p.177-195.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Educação do Campo: Marcos Normativos**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE**. Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. São Paulo. Autores associados, 2013.

DISCIPLINA: Seminário Integrador IV

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Pré-requisito: Seminário Integrador III

EMENTA:

Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAIDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. Guia da Escola Cidadã, n. 2, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BREZENZISKI, I. (org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). **Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.

GARCIA, L. R. A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. In: ESTEBAN, M. T.

Avaliação: Uma prática em busca de novos sentidos. São Paulo: Cortez, 1999, p. 45-87.
 GURGEL, C. R. **Referência para avaliação da aprendizagem:** perspectiva de formação docente. Fortaleza: UFC, 2002.
 VASCONCELOS, C. dos S. **Avaliação escolar:** prevenção dos direitos humanos. Revista ARC. Brasília, 1997. p. 53-72. Janeiro-março 1995.

DISCIPLINA: História da Música Popular Brasileira	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Abordagem analítica sobre a transformação estética e sociocultural da música popular nacional e internacional, do fim do século XIX até os dias de hoje. Gêneros, estilos, artistas e movimentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARCONDES, Marcos Antônio; RIBENBOIM, Ricardo. Enciclopédia da música brasileira: erudita, folclórica, popular . 2. ed. São Paulo: Art, 1998. NAPOLITANO, Marcos. Música e história: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARAÚJO, Mozart de. A modinha e o lundu no século XVIII: uma pesquisa histórica e bibliográfica . São Paulo: Ricordi Brasileira, 1963. BUDASZ, Rogerio. A música no tempo de Gregório de Mattos. Curitiba: DeArtes/UFPR, 2004. McCANN, Bryan. Hello, Hello Brazil – Popular Music in the Making of Modern Brazil. Durham and London: Duke University Press, 2004. NAVES, Santuza Cambraia. O Violão Azul: modernismo e música popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. TATIT, Luiz. O século da canção. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.	

DISCIPLINA: Laboratório de Artes Visuais II Pré-requisito: Laboratório de Artes Visuais I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Desenvolvimento e estímulo à criação e à produção, a partir da hibridação de processos artísticos, com base na experimentação de diferentes técnicas, suportes e instrumentos aplicados às artes visuais. Percepção, registro e difusão dos procedimentos artísticos (individuais e/ou coletivos) articulados às artes visuais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MAYER, Ralph. Manual do artista de técnicas e materiais. São Paulo: Martins Fontes, 1996. SALLES, Cecília Almeida. Gesto inacabado: processo de criação artística. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2004. OSTROWER, Fayga. Acasos e criação artística. Campinas: UNICAMP, 2013.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FRANCASTEL, Pierre. **Pintura e Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRESQUET, G. & Parramón, José M. **Como pintar a la acuarela**. Barcelona: Parramón Ediciones, 1990 (Coleção Aprender Haciendo).
- MAYER, Ralph. **Manual do artista de técnicas e materiais**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MOTTA, Edson & GUIMARÃES, Maria Luiza. **Iniciação à pintura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- PARRAMON, José M. **Teoria Y Practica del color**. Barcelona: Parramon Ediciones, 1990 (Colección Haciendo).

DISCIPLINA: Práticas Pedagógicas da Educação do Campo	CARGA HORÁRIA: 60 horas
--	--------------------------------

EMENTA:

Concepções de educação e matrizes pedagógicas construídas ao longo da história do pensamento educacional. Elementos de algumas matrizes pedagógicas produzidas desde a concepção humanista-histórica. Estudo a partir de alguns clássicos do pensamento social e pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CALDART, Roseli Salete, FREITAS, Luiz et al (Orgs). **Caminhos para transformação da escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo**. São Paulo. Expressão popular, 2010.
- Caldart, Roseli Salete, PEREIRA et al, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo. Expressão popular.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANTUNES, Maria Isabel Antunes Rocha et al (Orgs.) MARTINS, Aracy Alves. **Territórios educativos na educação do campo**. São Paulo: Autêntica, 2012,
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- VALLE, Lílian do. **Os enigmas da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PEREIRA. Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das ligas aos assentamentos rurais**. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2009.

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
--	--------------------------------

Ver Instrumentos Eletivos: Cordas dedilhadas, Sopro ou Percussão, Instrumentos com Teclado.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisitos: Didática Geral; Avaliação da aprendizagem	
EMENTA: Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, além de laboratório e oficinas de planejamento, ação docente e avaliação, construção de materiais didáticos, utilização das novas Tecnologias em educação e no ensino das artes e da música.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática . 16. ed. Campinas: Papirus, 2004. FREITAG, B. et al. A prática de ensino e o estágio supervisionado . 2ª ed., Pioneira, 1988. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAHAMS, Frank. Aplicação da Pedagogia crítica ao ensino e aprendizagem de música. Revista da ABEM , Porto Alegre, v. 12, p. 65-72, 2005. LAMPERT, Jocielle. Reflexões sobre a Formação Inicial de Professores em Artes Visuais. In: Revista Digital Art& . Ano VI - Número 09 - Abril de 2008. MORAIS, R. de. (Org.) Sala de aula: que espaço é esse? Campinas: Papirus, 1986. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores . 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. ZOBOLI, G. Prática de ensino . São Paulo: Editora Ática, 2004.	

DISCIPLINA: Seminário Integrador V	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Seminário Integrador IV	
EMENTA: Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco.	

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais Libras	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Tradução em Libras/Português. Desenvolvimento da expressão visual-espacial. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação . Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos . Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004. SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão . MEC/SEEP:	

Brasília, 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>>
 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.
 FENEIS. Revista da FENEIS Nº 06 e 07 (2000) e N.º 10 (2001), Rio de Janeiro/RJ.
 KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Revista Língua de Sinais. A Imagem do Pensamento. Editora Escala – São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001.
 QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p.

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo II Pré-requisito: Instrumento Eletivo I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Ver Instrumentos Eletivos: Cordas dedilhadas, Sopro ou Percussão, Teclado ou Acordeão e Canto.	

DISCIPLINA: Fundamentos do Ensino e Aprendizagem em Artes Visuais	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: O ensino da arte e a interdisciplinaridade. A arte como linguagem. Estudo da produção gráfica e simbólica do adolescente. Práticas e metodologias de ensino e aprendizagem das artes visuais no Ensino Médio.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte . São Paulo: Perspectiva, 2002. FUSARI, Maria F. de Rezende e FERAZ, Maria Heloísa C. de T. Arte na educação escolar . São Paulo: Cortez, 1993. NICOLAU, Marieta Lúcia Machado (org.). A educação artística da criança: plástica & música – fundamentos e atividades . São Paulo: Ática, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção Visual . São Paulo - SP. EDUSP. 1980. BARBOSA, Ana Mae (org.). Leituras no subsolo . São Paulo: Cortez, 2001. BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil . São Paulo: Perspectiva, 2002. MOREIRA, Ana Angélica Albano. O espaço do desenho: a educação do educador . São Paulo: Loyola, 2002. READ, Herbert. A educação pela arte . São Paulo: Martins Fontes, 2001.	

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado I	CARGA HORÁRIA: 90 horas
EMENTA: O desenvolvimento da primeira etapa do projeto de estágio. A dinâmica e o dia-a-dia do estágio. A relação entre as teorias acadêmicas e as práticas planejadas. Desenvolvimento das atividades previstas no Projeto de Estágio.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MACHADO, Carmem Lúcia Bezerra et al PALUDO, Conceição. Teoria e prática da educação do campo: análises e experiências . Brasília: MDA- NEAD, 2008. Regimento de Estágio do Curso de Educação do campo. WILLE, Regiana Blank. Educação musical formal, não formal ou informal: um estudo sobre	

processos de ensino e aprendizagem musical de adolescentes. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 13, 39-48, set. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Margarete. Um olhar antropológico sobre práticas de ensino e aprendizagem musical. **Revista da ABEM**, n. 5, p. 13 – 20, 2000.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org). **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

ROCHA, Maria Isabel Antunes, MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do campo: desafios para a formação de professores**. São Paulo: Autêntica, 20121.

VEIGA, Ilma P.A. (Org.) **Didática: o ensino e suas relações**. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

LIMA, Maria Socorro Lucena [et al]. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

DISCIPLINA: Seminário Integrador VI

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Pré-requisito: Seminário Integrador V

EMENTA:

Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Artes

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Estudo das principais linhas pedagógicas e conceitos de metodologia de ensino aplicada ao ensino de artes visuais e música. Introdução aos conceitos e práticas sobre: Teoria e método. Relações Concepções e métodos. Relações Concepções pedagógicas e Atividades artísticas na Escola. Relações concepções de arte e práticas de arte na escola. Concepções e metodologias do ensino da arte. Perspectivas de novos métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOZZETTO, Adriana. **Ensino particular de música: práticas e trajetórias de professores de piano**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Ed. FUNDARTE, 2004.

FERRAZ, M & FUSARI, M. H. **A arte na Educação Escolar**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

FERREIRA, S., org. **O Ensino das Artes: construindo caminhos**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL/MEC. **Parâmetros curriculares nacionais: 1o. e 2o. ciclos**. Brasília: MEC, 1999.

GARDNER, H. **As Artes e o Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

LOWENFELD, V. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Ed. Mestre Jon, 1970.

PERONDI, J. D. et alli. **Processo de Alfabetização e Desenvolvimento do Grafismo Infantil**. Caxias do Sul: EDUSC, 2001.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes Ed, 2000.

DISCIPLINA: Fundamentos da Educação Musical	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA:	
Introdução ao contexto da música nos espaços educativos em suas dimensões histórica, social, política e cultural. Introdução à delimitação epistemológica da área de Educação Musical. Funções sociais da música. Função político pedagógica do educador musical.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>Música na Educação Básica. Revista da Associação Brasileira de Educação Musical. Vol. 3 nº 3. Porto Alegre: ABEM, 2011. Disponível em: <http://abemeducao musical.com.br/> Acesso em 26 ago. 2013.</p> <p>PENNA, Maura. Música (s) e seu ensino. Porto Alegre: Sulina, 2008.</p> <p>SOUZA, Jusamara. Música, Cotidiano e Educação. PPG-Música-UFRGS. Porto Alegre, 2000.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRASIL, MEC: Parâmetros curriculares nacionais – arte/ Secretaria de Educação Fundamental. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (orgs.) Pedagogias em Educação Musical. Curitiba: ed. ibepex 2011.</p> <p>PENNA, Maura. Revendo Orff: por uma reapropriação de suas contribuições. In: L. G. Pimentel, (coord.): Som, gesto, forma e cor, Belo Horizonte: c/ Arte, p. 80-108, 1995.</p> <p>SOUZA, J; HENTSCHE, L.; OLIVEIRA, A.; et al. O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental. Série Estudos N.6. Porto Alegre: CPG-Mestrado e Doutorado em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.</p> <p>SWANWICK, Keith. Ensinando Música Musicalmente. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.</p>	

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I	CARGA HORÁRIA: 45 horas
EMENTA:	
Levantamento bibliográfico, elaboração e defesa de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica. 6.ed São Paulo: ATLAS, 2007.</p> <p>SANTOS, A. R. dos. Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>DUSILEX, D. A Arte de investigação criadora: introdução à Metodologia da Pesquisa. Rio de Janeiro: JERP, 2000.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed.</p>	

Petrópolis: Vozes, 2006.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III	CARGA HORÁRIA: 120 horas
Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado II	
EMENTA: Conceitos de prática pedagógica, prática educativa, prática docente, prática social, Educação musical e artística; A multidimensionalidade da ação docente; Seminário Temático: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FREIRE, Paulo. Consciência e História: A práxis educativa. São Paulo: Cortez, 1979. KATER, Carlos. O que podemos esperar da educação musical em projetos de ação social. Revista da ABEM , Porto Alegre, v. 10, p. 43-51, mar. 2004. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores . Unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer . 9.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática . 16.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004. FERREIRA, S., org. O Ensino das Artes: construindo caminhos . Campinas, SP: Papyrus Editora, 2004. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores . 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. SOUZA, Jusamara. Aprender e ensinar música no cotidiano . Porto Alegre: Sulina, 2008.	
DISCIPLINA: Optativa	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Ver quadro de disciplinas optativas.	
DISCIPLINA: Instrumento Eletivo III	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Instrumento Eletivo II	
Ver Instrumentos Eletivos: Cordas dedilhadas, Sopro ou Percussão, Teclado ou Acordeão e Canto.	
DISCIPLINA: Seminário Integrador VII	CARGA HORÁRIA: 30 horas
Pré-requisito: Seminário Integrador VI	
EMENTA: Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco.	

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: Educação para Relações étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Conhecer e refletir sobre a produção historiográfica do continente africano. Refletir sobre as novas formas de pensar o mundo existentes naquele continente ao longo do tempo. História sobre a chegada dos africanos no Brasil desde o período escravista até os dias atuais.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. e (org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África - Vol. I, II, III e IV. São Paulo: Ática: Paris: UNESCO, 1982. MATTOS, Regiane Augusto de. História e Cultura Afro-Brasileira. São Paulo, Contexto, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MEYER, D. E. Alguns são mais iguais que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: A escola cidadã no contexto da globalização. 4.ed. São Paulo: Vozes, 2000. MUNANGA, Kabengelê (Org.) Superando o racismo na escola. 3ª ed., Brasília: MEC, 2001. FONSECA, Maria N. Soares (Org.) Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra (Volume I). Portugal, Publicações Europa-America, 1972.</p>	
DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II Pré-requisito: Trabalho de Conclusão de Curso I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Desenvolvimento do projeto. Prática de coleta de dados, experimentação e análise. Elaboração e Apresentação de Monografia.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica. 6.ed São Paulo: ATLAS, 2007. SANTOS, A. R.dos. Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. DUSILEX, D. A Arte de investigação criadora: introdução à metodologia da pesquisa. Rio de Janeiro: JERP, 2000</p>	
DISCIPLINA: Seminário Integrador VIII Pré-requisito: Seminário Integrador VII	CARGA HORÁRIA: 30 horas
EMENTA: Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco.	

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado IV Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado III	CARGA HORÁRIA: 135 horas
EMENTA: Planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas pedagógicas de educação do campo, incluindo as áreas de música e artes no contexto escolar.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUORO, A. B. O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. São Paulo: Cortez, 2003. FREIRE, Paulo. A Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo PAZ E TERRA, Coleção Leitura, 1996 SOUZA, Jusamara. Aprender e ensinar música no cotidiano. Porto Alegre: Sulina, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. FERREIRA, S., org. O Ensino das Artes: construindo caminhos. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2004. KATER, Carlos. O que podemos esperar da educação musical em projetos de ação social. Revista da ABEM , Porto Alegre, v. 10, p. 43-51, mar. 2004. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores. Unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.	

EMENTAS DAS DISCIPLINAS: INSTRUMENTO ELETIVO

Essas disciplinas tem caráter prático e buscam o desenvolvimento de habilidades específicas em um instrumento musical. O aluno ira escolher um, dentre os oferecidos pelo curso, e dar continuidade nos três semestres que são oferecidos no mesmo instrumento. A bibliografia sugerida fornece apenas um apoio que, em muitos casos, pode e deve ser retomada em semestres posteriores.

DISCIPLINA: Cordas Dedilhadas I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Técnica básica, postura, mecanismo e harmonização. Preparação de repertório solo e em conjunto. Uso do instrumento como recurso de apoio na sala de aula.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PINTO, Henrique. Iniciação ao violão: princípios básicos e elementares para principiantes. São Paulo: Ricordi, 1978. (parte I) CARLEVARO, Abel. Escuela de la Guitarra: Teoria Instrumental; Buenos Aires: Barry. 1979. CHEDIAK, Almir. Dicionário de Acordes cifrados - Harmonia aplicada à música popular (2ª edição). São Paulo - Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1984.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PARKENING, Christopher. Classical Guitar Method , vol. I (revised edition). Milwaukee, WI: Hall Leonard, 1999.	

PEREIRA, Marco. **Cadernos de Harmonia para violão**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2011.

_____. **Ritmos brasileiros para violão**. Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2007.

PINTO, H. **Técnica da Mão Direita: Arpejos**. São Paulo: Ricordi, 1985.

_____. **Curso Progressivo de Violão**. São Paulo: Ricordi, 1982.

DISCIPLINA: Instrumentos com teclado I

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Princípios básicos do instrumento para sua utilização como ferramenta auxiliar à formação musical do licenciando em música: conhecimento dos mecanismos e recursos do instrumento, iniciação à leitura, noções de técnica e postura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Cláudio Richerme. **A Técnica Pianística: uma Abordagem Científica**. São João da Boa Vista: Air Musical, 1996.

GONÇALVES, Maria de Lourdes Junqueira. **Educação musical através do teclado: musicalização**. São Paulo: Cultura Musical, 1985.

VERHAALLEN, Marion. **Explorando música através do teclado**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1989-93.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Alceu Maynarde e JÚNIOR, Aricó. **100 Melodias Folclóricas**. São Paulo: Ricordi, 1957.

BENNETT, Roy. **Instrumentos de Teclado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FONSECA, Ma Betânia Parizzi e SANTIAGO, Patrícia Furst. **Piano Brincando**. Vol.1. Belo Horizonte, 1993.

MACHADO, Maura Palhares. **Introdução ao Piano**. Belo Horizonte: A Musical, 1982.

SCHLEDER, Griselda Lazzaro. **Noções sobre o Estudo do Piano**. Rio de Janeiro: Typographia e Papelaria Coelho, 1929.

DISCIPLINA: Sopro ou percussão I

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Estudo das técnicas tradicionais de execução do instrumento. Domínio de técnicas básicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEINEKE, Viviane. O ensino de flauta doce na educação fundamental. In: HENTSCHEKE, Liane; DEL BEM, Luciana. **Ensino de música propostas para agir e pensar em sala de aula**. São Paulo, Moderna, p.86-100, 2003.

_____. **A educação musical e a aula de instrumento: uma visão crítica sobre o ensino de flauta doce**. Revista Expressão, Santa Maria, v.12, p.25-32, 1997.

Castro, José Carlos de. **Regras Básicas para o Ensino da Embocadura na Clarineta**. Rio de Janeiro: UFRJ – Escola de Música, 1989.

GUIA, Rosa Lúcia do Mares. **Tocando flauta doce: pré-leitura**. Belo Horizonte: [s.n.], 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKOSCHKY, Judith, VIDELA, Mário. **Iniciacion a La Flauta Dulce**. Volume II e III. Ricordi Americana. Buenos Aires, 1978.

BEINEKE, Viviane, HENTSCHEKE, Liane, SOUZA, Jusamara. O ensino da flauta doce na escola fundamental: a pesquisa como instrumentalização da prática pedagógico-musical. In: **Fundamentos da educação musical**. Salvador, v.4, p73-78,2004.

MÖNKMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo, Ricordi Brasileira,

1976.

TIRLER, Helle. **Vamos Tocar Flauta Doce**. Volumes I e II. Ed. Sinodal. São Leopoldo, Rio Grande do Sul. 1971.

VIDELA, Mario, AKOSCHKY, J. **Iniciación a la flauta Dulce soprano em do: tomo I** Buenos Aires, Ricordi, 1976.

DISCIPLINA: Cordas Dedilhadas II Pré-requisito: Cordas Dedilhadas I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Aperfeiçoamento da Técnica básica, postura, mecanismo e harmonização. Preparação de repertório solo e em conjunto. Uso do instrumento como recurso de apoio na sala de aula.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PINTO, Henrique. Iniciação ao violão : princípios básicos e elementares para principiantes. São Paulo: Ricordi, 1978. (parte II). CARLEVARO, Abel. Escuela de la Guitarra , Cuaderno I. Buenos Aires: Barry. 1979. CORRÊA, Roberto. A arte de Pontear a viola . Brasília – Curitiba: Projeto Três Américas – Associação Cultural, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARLEVARO, Abel. Escuela de la Guitarra , Cuaderno II. Buenos Aires: Barry. 1979. PEREIRA, Marco. Cadernos de Harmonia para violão . Vol. 2. Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2011. _____. Ritmos brasileiros para violão . Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2007. PINTO, H. Técnica da Mão Direita: Arpejos . São Paulo: Ricordi, 1985. _____. Curso Progressivo de Violão . São Paulo: Ricordi, 1982.	

DISCIPLINA: Instrumentos com teclado II Pré-requisito: Instrumento com teclado I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Aperfeiçoamento dos princípios básicos do instrumento para sua utilização como ferramenta auxiliar à formação musical do licenciando em música: conhecimento dos mecanismos e recursos do instrumento, iniciação à leitura, noções de técnica e postura. Repertório variado de nível técnico iniciante.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CLARK, Frances. Curso de Piano para Principiantes Adultos . San Diego: Kjos Music Company, 1994. GONÇALVES, Maria de Lourdes Junqueira. Educação musical através do teclado : etapa leitura. Rio de Janeiro: Veritas, 1985.. KAPLAN, José Alberto. Teoria da Aprendizagem Pianística . Porto Alegre: Movimento, 1987.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR KONOWITZ, Bert. Music improvisation as a classroom method : a new approach to teaching music. New York : Alfred Publishers, 1973. MEHEGAN, John. Tonal and Rhythmic Principles – Jazz Improvisation 1 . New York: Amsco Music, 1964. _____. Jazz Piano . New York: Amsco Music, 1985. PHILLIPS, Alan. Jazz Improvisation and Harmony (Elementary to Advanced). NY: Robbins, 1973.	

USZLER, Marienne. **Research on the teaching of keyboard music. Handhook of Research on Music Teaching and Learning.** New York: Schirmer books, 1993.

DISCIPLINA: Sopro ou percussão II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Sopro ou percussão I	
EMENTA: Aperfeiçoamento das técnicas tradicionais de execução do instrumento. Domínio de técnicas básicas, executando obras de nível iniciante.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CASTRO, José Carlos de. Regras Básicas para o Ensino da Embocadura na Clarineta. Rio de Janeiro: UFRJ – Escola de Música, 1989. VOLPE, Maria Alice. Música de Câmara do Período Romântico Brasileiro; 1850 – 1930. São Paulo: UNESP - Instituto de Artes, 1994. MÖNKMEYER, Helmut. Método para flauta doce soprano. São Paulo, Ricordi Brasileira, 1976.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BEINEKE, Viviane, HENTSCHEKE, Liane, SOUZA, Jusamara. O ensino da flauta doce na escola fundamental: a pesquisa como instrumentalização da prática pedagógico-musical. In: Fundamentos da educação musical. ,Salvador, v.4, p73-78,2004. BEINEKE, Viviane, TORRES, Maria Cecília, SOUZA, Jusamara. Tocando flauta doce de ouvido: análise de uma experiência. Trabalho apresentado no VII encontro da ABEM, Recife, 1998. GIESBERT, F.J. Method for the Recorder. Schott & Co. LTD. London,1975. BEINEKE, Viviane, HENTSCHEKE, Liane, SOUZA, Jusamara . A educação musical e a aula de instrumento: uma visão crítica sobre o ensino de flauta doce. Revista Expressão, Santa Maria,v.12, p.25-32, 1997. SOUCHARD, Philippe-Emmanuel. Respiração. São Paulo: Summus, 1989.	

DISCIPLINA: Cordas Dedilhadas III	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Cordas Dedilhadas II	
EMENTA: Aperfeiçoamento da Técnica básica, postura, mecanismo e harmonização. Preparação de repertório solo e em conjunto. Uso do instrumento como recurso de apoio na sala de aula. Repertório.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PINTO, Henrique. Curso Progressivo de Violão. São Paulo: Ricordi, 1982. CARLEVARO, Abel. Cuaderno III. Buenos Aires: Barry. 1979. SÁ, Renato de. 211 levadas rítmicas para violão, piano e outros instrumentos de acompanhamento. São Paulo: Irmãos Vitale, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARLEVARO, Abel. Cuaderno IV: Buenos Aires: Barry. 1979 PEREIRA, Marco. Cadernos de Harmonia para violão. Vol. 3. Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2011. TABORDA, Marcia. Violão e identidade nacional. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. TAUBKIN, Myriam. Violões do Brasil. São Paulo: SENAC, 2007. ZANON, Fábio. Violão com Fábio Zanon. Janeiro 2010. Programa de rádio. Disponível em: < http://vcfz.blogspot.com >. Acesso em: 26 dezembro 2013.	

DISCIPLINA: Instrumentos com teclado III Pré-requisito: Instrumento com teclado II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Aperfeiçoamento dos princípios básicos do instrumento para sua utilização como ferramenta auxiliar à formação musical do licenciando em música: conhecimento dos mecanismos e recursos do instrumento, iniciação à leitura, noções de técnica e postura. Repertório variado de nível técnico iniciante e intermediário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AZEVEDO, Cláudio Richerme. A Técnica Pianística: uma Abordagem Científica . São João da Boa Vista: Air Musical, 1996. HAERLE, Dan. Jazz Improvisation for Keyboard Players . Miami: Studio 224, 1978. KAPLAN, José Alberto. Teoria da Aprendizagem Pianística . Porto Alegre: Movimento, 1987.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR KONOWITZ, Bert. Music improvisation as a classroom method: a new approach to teaching music . New York : Alfred Publishers, 1973. MEHEGAN, John. Tonal and Rhythmic Principles – Jazz Improvisation 1 . New York: Amsco Music, 1964. _____. Jazz Piano . New York: Amsco Music, 1985. PHILLIPS, Alan. Jazz Improvisation and Harmony (Elementary to Advanced) . NY: Robbins, 1973. USZLER, Marienne. Research on the teaching of keyboard music. Handhook of Research on Music Teaching and Learning . New York: Schirmer books, 1993.	
DISCIPLINA: Sopro ou percussão III Pré-requisito: Sopro ou percussão II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Aperfeiçoamento das técnicas tradicionais de execução do instrumento. Domínio de técnicas básicas, executando obras de nível iniciante e intermediário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA VOLPE, Maria Alice. Música de Câmara do Período Romântico Brasileiro; 1850 – 1930 . São Paulo: UNESP - Instituto de Artes, 1994. MÖNKMEYER, Helmut. Método para flauta doce soprano . São Paulo, Ricordi Brasileira, 1976. CASTRO, José Carlos de. Regras Básicas para o Ensino da Embocadura na Clarineta . Rio de Janeiro: UFRJ – Escola de Música, 1989.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BEINEKE, Viviane, HENTSCHEKE, Liane, SOUZA, Jusamara. O ensino da flauta doce na escola fundamental: a pesquisa como instrumentalização da prática pedagógico-musical. In: Fundamentos da educação musical . ,Salvador, v.4, p73-78,2004. BEINEKE, Viviane, TORRES, Maria Cecília, SOUZA, Jusamara. Tocando flauta doce de ouvido: análise de uma experiência . Trabalho apresentado no VII encontro da ABEM, Recife, 1998. GIESBERT, F.J. Method for the Recorder . Schott & Co. LTD. London,1975. SOUCHARD, Philippe-Emmanuel. Respiração . São Paulo: Summus, 1989. TIRLER, Helle. Vamos Tocar Flauta Doce . Volumes I e II. Ed. Sinodal. São Leopoldo, Rio Grande do Sul. 1971.	

EMENTAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: Musicologia e Etnomusicologia	CARGA HORÁRIA: 60 horas
<p>EMENTA: O campo da Musicologia e da Etnomusicologia, definições e debates; teoria, método e pesquisa em Musicologia e Etnomusicologia; interdisciplinaridade e conexões com outras áreas; leituras orientadas e discussões sobre temas fundamentais da área, incluindo a produção brasileira.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAÚJO, S.; PAZ, G.; CAMBRIA V. Música em debate: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. CASTAGNA, Paulo. A musicologia como método científico. In: Revista do Conservatório de Música da UFPel. Pelotas, nº 1, 2008. KERMAN, Joseph. Musicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1987.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BEARD, David; GLOAG, Kenneth. Musicology: The Key Concepts. London and New York: Routledge, 2005. BARZ, F. Gregory; TIMOTHY, J. Cooley (Ed). Shadows in the field: new perspectives for fieldwork in ethnomusicology. 2nd. New York: Oxford University Press, 2008. COOK, Nicholas; EVERIST, Mark (org.). Rethinking Music. Oxford. Oxford University Press, 2001. FREIRE, Vanda Lima Bellard. MUSICA E SOCIEDADE. Uma perspectiva Histórica e uma reflexão Aplicada ao Ensino Superior de Musica. Rio de Janeiro, abril, 2005. (Serie Teses da ABEM) VINCI DE MORAES, José G. e SALIBA, Elias T. História e Música no Brasil. São Paulo: Alameda, 2010.</p>	
DISCIPLINA: Construção Cênica de Narrativas	CARGA HORÁRIA: 60 horas
<p>EMENTA: Distinções clássicas existentes entre os gêneros lírico, épico e dramático, e as articulações possíveis entre eles. Análise e construção de procedimentos cênicos, como suporte para narrativas literárias. Relações possíveis entre distintas linguagens artísticas e seus recursos técnicos, a partir do ato de contar histórias.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA AMARAL, Ana Maria. Teatro de Animação. São Paulo: Ateliê editorial, 1997. BOAL, Augusto. Jogos para Atores e Não-Atores. Rio: Civilização Brasileira, 1998. FO, Dario. Manual Mínimo do Ator. São Paulo: Senac, 1998.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BALL, David. Para trás e para frente: um guia para leitura de peças teatrais. São Paulo: Perspectiva, 1999. GAYOTTO, Lúcia. Voz, partitura da ação. São Paulo: Summus, 1997. GROTOWSKY, Jerzy. Em Busca de Teatro pobre. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992. PAVIS, Patrice. Dicionário de Teatro. São Paulo; Perspectiva. 2001. POVEDA, Lola. Texto Dramático: la palabra en acción. Madrid: Narcea, 1996</p>	

DISCIPLINA: Laboratório de Pintura	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: O conhecimento e utilização de materiais e suportes, pigmentos e instrumentos para a pintura. O desenvolvimento e o estímulo da criação a partir de análise e síntese da forma-cor. O suporte como objeto pictórico. Elaboração de projetos individuais de pesquisa em artes visuais, a partir de processos, meios e técnicas de pintura em um campo de linguagens híbrida.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRANCASTEL, Pierre. Pintura e Sociedade . São Paulo: Martins Fontes, 1999. MAYER, Ralph. Manual do artista de técnicas e materiais . São Paulo: Martins Fontes, 1996. MOTTA, Edson & GUIMARÃES, Maria Luiza. Iniciação à pintura . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FRESQUET, G. & Parramón, José M. Como pintar a la acuarela . Barcelona: Parramón Ediciones, 1990 (Coleção Aprender Haciendo). KANDISNSKY, Wassily. Do espiritual na arte . Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. PARRAMON, José M. Teoria Y Practica del color . Barcelona: Parramon Ediciones, 1990 (Colección Haciendo). WOLFFLIN, Heinrich. A arte Clássica . São Paulo: Martins Fontes, 1995. WOLLHEIM, Richard. A arte e seus objetos . São Paulo: Martins Fontes, 1994.	

DISCIPLINA: Laboratório de Fotografia	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Surgimento e impacto da fotografia como <i>imagem técnica</i> . Processos fotográficos que propiciaram seu surgimento e desenvolvimento como a Câmara Escura, o Daguerreótipo, Calótipo, Ambrótipo entre outros processos. Fundamentos acerca da luz e da sombra e importância de ambas na produção da imagem fotográfica. Introdução ao laboratório Preto e Branco e ao funcionamento da câmera fotográfica. Técnicas de composição da imagem. Pensamento dos processos fotográficos e busca do desenvolvimento do olhar.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ADAMS, Ansel. A Câmera . São Paulo: Editora SENAC, 2000. DUBOIS, Philippe. O Ato fotográfico . Campinas, SP: Papirus, 1994. FLUSSER, Vilém. A Filosofia da Caixa Preta . São Paulo: Annablume, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ADAMS, Ansel. A Cópia . São Paulo: Editora SENAC, 2001. BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993. KOSSOY, Boris. Imagem da fotografia brasileira II . São Paulo: Estação Liberdade/SENAC, 2000. KRAUSS, Rosalind. O Fotográfico . Barcelona: Gustavo Gilli, 2002. SONTAG, Susan. Sobre a fotografia . São Paulo: Companhia das Letras, 2004.	

DISCIPLINA: Laboratório de Desenho	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: A Compreensão do Desenho como registro do gesto e como intenção na criação. A linha como estrutura da ideia. O esboço. A representação do volume através da perspectiva, luz e da sombra. A Composição artística. As texturas visuais. Os suportes e as pontas tradicionais.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DERDICK, Edith. **Formas de pensar o desenho**. São Paulo: Scipione, 1994.
 GOMES, Luiz Vidal Negreiros. **Desenhismo**. Sta Maria, RS: Editora da UFSM, 1994.
 CARDOSO, Rafael. (Org.). **O Design Brasileiro: antes do design**. São Paulo: Cosac & Naif, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DERDICK, Edith. **O desenho da figura humana**. São Paulo: Scipione, 1995.
 DI LEO. **A interpretação do desenho infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
 PILLAR, Analice Dutra. **Desenho & escrita como sistema de representação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
 PARRAMON, José Maria. **Luz e Sombra no desenho e Pintura**. Madri; Barcelona: Ed. Parramon, s/d.
 WONG, Wucios. **Princípios da forma: desenho bi e tridimensional**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DISCIPLINA: Representações literárias do universo camponês	CARGA HORÁRIA: 60 horas
---	--------------------------------

EMENTA:

Modos de constituição da identidade camponesa através do discurso literário. Análise da imagem do caipira na literatura brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo (org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.
 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
 SCHWARZ, Roberto (org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
 GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
 LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: a modernidade do contra**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
 LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1999.
 PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DISCIPLINA: Geografia Agrária e Territorialidades Contemporâneas	CARGA HORÁRIA: 60 horas
---	--------------------------------

EMENTA:

A Geografia Agrária como campo de estudos e pesquisas em Geografia, A Produção científica da Geografia Agrária Brasileira, Desenvolvimento Territorial e territorialidades no campo brasileiro. Milton Santos e o Retorno do Território, Bernardo Mançano e os Paradigmas do Capitalismo Agrário e das Questões Agrárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
 KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salet. **Coleção Por Uma Educação do Campo**. Brasília, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.
 FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

AMIN, Samir, VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a Tipologia de Território**. In. Land Research Action Network 2011, disponível em <http://www.landaction.org> acessado em 15/06/2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi, ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DISCIPLINA: **Teoria Política**

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Crítica ao pensamento político moderno. Teses clássicas do marxismo. Marxismo e Capitalismo Tardio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Contribuição à Crítica da economia Política**. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. São Paulo: Papyrus, 2004

DREIFUSS, R. A. **1964 - A conquista do Estado: Ação Política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Contribuição à Crítica da economia Política**. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MARX, K., ENGELS, Friedrich. Tradução Marcos Aurélio Nogueira, Leandro Konder. **Manifesto do Partido Comunista**. Bragança Paulista. Editora Universitária São Francisco, 2005.

PONT, R. **Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda**. Porto alegre: Palmarinca, 2000.

DISCIPLINA: **Práticas educativas nas ações políticas dos movimentos sociais**

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA: Práticas educativas nas ações políticas dos camponeses na luta pela terra. Formação política dos movimentos sociais do campo. Construção do saber social na luta pela terra.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRUZ, José Adelson. **Movimentos Sociais e práticas educativas**. Inter-Ação: revista da faculdade de educação, Goiânia: UFG, v. 29, p.175-185, jul-dez, 2004.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOUREIRO, Walderês. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: Centro editorial e gráfico da UFG, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 2012.

PESSOA, Jadir (Org.). **Saberes de nós: ensaios de educação e movimentos sociais.** _____ . **Aprender e ensinar no cotidiano de assentamentos rurais em Goiás.** Revista da ANPED, São Paulo, n.10, jan.-abr. 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade.** São Paulo: Companhia das letras, 1989.

DISCIPLINA: Arte, Cultura e Sociedade	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: As relações entre arte, cultura e sociedade. As matrizes culturais brasileiras sob o enfoque das identidades. A produção antropológica e social no mundo contemporâneo, A educação e o que preconiza a Lei 10639/2003.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRANDÃO, Rocque Laraia. Cultura. São Paulo : Brasiliense, 1999.	
CANCLINI, Nestor. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP,1998.	
LIMA, Luiz Costa. (org). Teorias da Cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CANEVACCI, Massimo. Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Nobel,1996.	
CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.	
DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de janeiro: Contraponto,1997.	
LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34,2000.	
CASSIRER, Ernest. Ensaio sobre o homem. São Paulo: Martins Fontes. 2001.	

4.3.7- Metodologia

Quando se leem os textos oficiais acerca do processo educativo, compreende-se a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal como afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (cf. VYGOTSKY, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (cf. SACRISTAN e GÓMEZ, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo. Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (cf. DEMO, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (cf. MOITA LOPES, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das

propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

4.3.8. Interface ensino, pesquisa e extensão

A interface ensino, pesquisa e extensão se dará em momentos como:

Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho Acadêmico

Constitui-se no instrumento orientador das atividades de estudo, experimentação e pesquisa de campo a serem realizadas pelos estudantes no Tempo-Espaço Comunidade, nas Visitas e/ou nos Estágios Profissionais, tendo como referência os enfoques temáticos propostos pelos eixos, se colocando assim como um importante instrumento pedagógico na organização e sistematização do processo de auto-formação a ser vivenciado pelos estudantes.

A Pesquisa Sócio-Educacional

O Tempo-Espaço Comunidade é o tempo das práticas de pesquisa social e educacional, configurando-se como momento de investigação acadêmica sobre o cotidiano pedagógico das escolas rurais e das comunidades em que elas se situam. É o momento de levantamento de dados e da vivência de experiências sócio-educativas junto à escola e a comunidade de modo que permitam a construção de reflexões sobre a realidade e os processos pedagógicos que no campo se desenvolvem.

É No tempo da Pesquisa Sócio-Educacional, onde, mais que um mero exercício de coleta de dados, buscar-se-á, a partir da análise dos aspectos que condicionam a vida dos sujeitos do campo, fomentar o estudo e reflexão sobre as possibilidades da ação pedagógica [individual e coletiva, educadores e escola] no desenvolvimento de processos formativos e na produção de conhecimentos que ajudem no empoderamento político-cultural e sustentabilidade das comunidades camponesas.

Nesta perspectiva, articulada a pesquisa das realidades das comunidades, propõem-se aqui como elementos importantes da Pesquisa Sócio-Educacional a investigação e análise do cotidiano pedagógico, das compreensões e práticas dos sujeitos educativos e do currículo das escolas rurais. Em algumas circunstâncias tomar-se-á o exercício da docência como estratégia para imersão no cotidiano das escolas e realização de tal investigação, tendo como perspectiva a pesquisa-ação, por meio da *prática de ensino* [como atividade curricular] ou do aproveitamento do próprio exercício profissional dos participantes do curso. Assim, durante o Tempo-Espaço Comunidade buscar-se-á garantir através da realização da Pesquisa Sócio-

Educacional que a prática [da pesquisa, da docência e da docência-pesquisadora] se afirme como um componente curricular na formação ofertada pelo curso, atendendo também uma exigência legal posta aos cursos de licenciatura [Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002].

Grupos de Estudos, Pesquisa e Trabalhos Acadêmicos [GEPTA]

Momentos organizados pelos professores-pesquisadores do curso e/ou pelos próprios estudantes. Caracterizam-se como grupos temáticos, privilegiando a interdisciplinaridade e voltando-se à realização de atividades de pesquisa, estudo ou extensão, tendo como objeto questões focadas em temas vinculados aos eixos, que produzam conhecimentos ajudem a enriquecer e diversificar a formação acadêmica a partir dos interesses acadêmicos dos sujeitos [alunos e professores] que deles participam.

Seminários de Pesquisa, Estudo e Trabalho Integrado [SPETI]

Momentos realizados a cada início do período de Tempo-Espaço Universidade, articulado interdisciplinarmente, objetivando a reflexão acadêmica sobre a ciência moderna, as questões agrárias e a educação do campo e/ou a análise e reflexão dos dados das pesquisas realizadas pelos estudantes no Tempo-Espaço Comunidade.

Sessões de Estudo do Núcleo Comum

Acontecem a cada Tempo-Espaço Universidade, na sequência dos SPETI's e concentrando a participação de toda a turma, se constituem em momentos de estudo interdisciplinar [aulas], organizados a partir do trabalho de professores e disciplinas referências, considerando as temáticas propostas por área para pesquisa de cada eixo nos Tempo-Espaço Comunidade e que permitam um primeiro aprofundamento das reflexões sobre os dados apresentados e questões levantadas a cada SPETI's. Realizar-se-á durante estas sessões também os estudos dos conhecimentos pedagógicos e educação do campo, voltados a formação da docência.

Sessões de Estudo do Núcleo Específico

Acontecendo a cada Tempo-Espaço Universidade, na sequência das Sessões de Estudo do Núcleo Comum e concentrando a participação de estudantes segundo a opção por área de conhecimento, considerando as temáticas propostas pela área para pesquisa nos Tempo-Espaço Comunidade, se constituem em momentos de estudos [aulas], organizados a

partir do trabalho de professores e disciplinas referências, buscando estimular a apropriação e reelaboração dos conhecimentos produzidos historicamente em tal área, de forma a permitir de maneira especializada o aprofundamento das reflexões sobre as os dados apresentados e questões levantadas a cada SPETI's.

Seminários Temáticos sobre Elaboração de Projetos de Pesquisa [STEPP]

Momentos realizados a cada momento conclusivo do período de Tempo-Espaço Universidade, centrados por áreas de conhecimento, objetivando a definição de temáticas de cada área a serem pesquisadas em cada Tempo-Espaço Comunidade e o planejamento de tais pesquisas, tomando por referência os eixos temáticos que orientam a formação no curso.

Diagnóstico sócio-cultural, ambiental e econômico de comunidades camponesas

Constitui-se na sistematização integrada de dados e reflexões produzidas a partir do conjunto de estudos realizado por meio de pesquisa construída ao longo do curso em cada Tempo-Espaço Comunidade.

4.3.9. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação omnilateral do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em sua historicidade, em contraposição a uma compreensão unilateral da formação humana, voltada para a adaptabilidade, funcionalidade, pragmatismo, adestramento, treinamento e policognição e para o mercado de trabalho e proposta por uma universidade organizacional.

Nesta perspectiva, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento na UFT são importantes e devem ser implementados tendo em vista o fortalecimento do ensino. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo deve promover a interface com os diversos programas e projetos institucionais da UFT, dentre eles o *Programa Institucional de Monitoria* (PIM); *Programa Especial de Treinamento/Tutoria* (PET); *Programa de Mobilidade Acadêmica* (PMA); e, *Programa Prodência*.

O PIM, de acordo com a Resolução Normativa – PROGRAD Nº 01/2005, terá importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da

docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Desta forma a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade. Porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmica/científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógica. Nesta perspectiva, em conformidade com o Art. 84º da Lei 9.394/96, “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”.

O PET é outro Programa que busca dinamizar e dar suporte ao Ensino. É um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Já o PMA busca o aperfeiçoamento do ensino de graduação possibilitando, dentre outros aspectos, que os acadêmicos adquiram novas experiências, interajam com outras culturas e diferentes conhecimentos da realidade brasileira. O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres.

Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Campus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes.

Outro Programa que oferece possibilidade de interface visando à melhoria do ensino é o Prodocência (Programa de Consolidação das Licenciaturas). Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação.

Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

O Programa Prodocência articula-se com o fortalecimento do Ensino na medida em que possibilita a realização de projetos que contribuirá com a formação didático-metodológica dos professores e conseqüentemente com a melhoria da qualidade do ensino.

Ressalta-se que outros programas e projetos poderão fazer parte do conjunto de ações articuladoras e fomentadoras do ensino no Curso de Licenciatura em Educação do Campo que coadune com os objetivos do Presente Projeto Político-Pedagógico.

4.3.10. Interface com as Atividades Complementares

Os alunos serão incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos pela UFT e por diferentes instituições formativas, movimentos sociais, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus onde o curso funciona, conforme prescreve a Resolução do CONSEPE nº 009/2005 que trata do regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFT.

4.3.11. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

Serão realizados durante o Tempo-Espaço Comunidade em escolas e comunidades do campo, articulados às atividades de pesquisa e estudo. O estágio constitui-se na vivência e exercício profissional da docência na área de conhecimento optada pelos estudantes, sob orientação e acompanhamento de professores e articulada ao planejamento das instituições de ensino campo de estágio.

Os estágios curriculares são realizados a partir de convênios celebrados com as secretarias de educação dos municípios de alcance do Campus. Geralmente, os acadêmicos realizam estágios em suas cidades de origem com vistas a contribuir com a melhoria da qualidade da educação da região. Os estágios compreendem desde a educação infantil, séries iniciais e finais da educação básica, ensino médio e educação de jovens e adultos, além dos

espaços não-escolares. Como campo de estágio obrigatório temos convênios celebrados com as escolas das Diretorias Regionais de Ensino de Arraias, Dianópolis e Porto Nacional.

4.3.12. Prática Profissional

A área de atuação do Licenciado em Educação do Campo pode abranger os seguintes campos:

- Docência na Educação Fundamental, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos adquiridos de forma multidisciplinar em uma área de conhecimento prevista, especialmente nas escolas do campo;

- Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação do campo e escolas rurais / do campo;

- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;

- Atuar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos do campo em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

4.3.13. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso será construído a partir do conjunto de dados levantados nas pesquisas realizadas durante as atividades do Tempo-Espaço Comunidade, orientadas por cada eixo e dos dados e conhecimentos produzidos a partir dos GEPTA's. O TCC deve centrar em objetivos que levem à sistematização da reflexão sobre a realidade da agricultura familiar e da educação do campo na região e propor projeto de ação pedagógica a ser desenvolvido junto às escolas e comunidades a serem escolhidas por cada aluno. Constitui-se na produção acadêmica individual tomada como critério obrigatório para a

conclusão e diplomação no curso. O trabalho terá defesa pública, seguindo legislação específica da UFT.

4.3.14. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação no Curso de Educação do Campo é considerada em sua dimensão pedagógico, como um elemento constitutivo do processo de planejamentos e replanejamento da formação proposta, desenvolvida de forma contínua, visando contribuir para a potencialização do processo ensino-aprendizagem.

Assume-se ainda a avaliação como instrumento que contribui para a materialização da gestão democrática do processo pedagógico, possibilitando aos participantes do curso o diálogo sobre o processo formativo e o encaminhamento e dinamização de propostas que revitalizem continuamente a formação oferecida, garantindo, quando necessário, sua adequação as demandas que emergentes durante o período de curso e a superação das dificuldades que possam comprometer o êxito do mesmo.

Assim, primando pela afirmação de princípios éticos e de indissociabilidade teórico - prática, a avaliação é compreendida no curso como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo, participativo, que deve possibilitar aos sujeitos participantes o redimensionamento das ações desenvolvidas, apontando a necessidade de avançar ou retomar determinados objetivos propostos, aprendizagens significativas, constituindo-se num exercício permanente de diálogo sobre o processo.

Abaixo seguem propostas de estratégias e instrumentos de avaliação do curso, da ação docente e da aprendizagem discente. Entretanto, ressalte-se que caberá ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo em qualquer tempo, de acordo com as demandas que possam emergir, propor procedimentos e processos diversificados, internos e externos, para a avaliação das ações docentes, considerando a compatibilidade com os preceitos legais estabelecidos par tal processo avaliativo, tendo sempre em conta a qualidade do curso e potencialidade das intervenções nas ações pedagógicas do campo.

Apesar da existência de uma proposta pedagógica inicial, o currículo de um curso é expresso realmente a partir da construção cotidiana vivenciada no desenvolvimento da formação e, assim, o currículo, dentro de um determinado contexto, acaba sendo resultado de como os sujeitos compreendem e exercitam a formação no curso proposto, tanto docentes como discentes.

Daí a importância da avaliação coletiva e reflexão contínua sobre o processo em desenvolvimento, para que, tomando a proposta inicial como referência, o currículo possa ser

pensado e repensado no sentido do constante planejamento do percurso formativo de modo a garantir a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e sucesso do curso . São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- **Plenárias de Avaliação**, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o processo educativo - considerando os resultados da avaliação discente e da avaliação docente – e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;
- **Reuniões Docente**, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, considerando a avaliação geral e organizando as propostas para o processo de planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário;
- **Sistematização e Produção de Relatórios Pedagógicos**, garantindo periodicamente o registro das atividades e análise e reflexão sobre o processo desenvolvido a cada período.

- **Avaliação Discente**

O diagnóstico da aprendizagem dos discentes construídas durante o curso deverá ser feito de forma articulada as atividade curriculares - buscando-se superar a fragmentação do processo – e por meio da análise da produção resultante da participação dos mesmos em ações de ensino, pesquisa e extensão. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- **Diário de Classe**: registro das atividades planejadas e executadas e da frequência e participação dos discentes;
- **Produção individual e coletiva**: material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo do **memorial** (registro da trajetória pessoal contemplando aspectos da história de vida e formação escolar, experiência profissional, etc); da **produção artística** (poemas, músicas, desenhos, etc); de **artigos; sínteses; relatórios; projetos; etc**;
- **Fichas de auto-avaliação dos educandos**: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada discente a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu aprendizado e participação no curso, podendo subsidiar a avaliação do educador sobre o grupo, sobre o processo e sobre sua ação docente;
- **Ficha de parecer individual**: expressa análise e registro do aproveitamento individual dos discentes realizada pelos educadores;

- **Plenárias de Auto-Avaliação**, em que os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo da turma.

A frequência mínima será de 75% das aulas ministradas. Os conceitos seguirão o padrão da Universidade Federal do Tocantins.

- **Avaliação Docente**

A avaliação da ação docente é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente e como estratégia que visa estimular os educadores em um exercício de reflexão metacognitiva e de práxis pedagógica, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Propõem-se como estratégias de avaliação docente:

- a avaliação da turma sobre o desempenho docente;
- a auto-avaliação docente;
- e a avaliação dos pares.

São propostos aqui como meios-instrumentos de avaliação docente:

- **Fichas de auto-avaliação docente:** que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada docente a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu desempenho e participação nas atividades curriculares do curso, podendo subsidiar a avaliação geral sobre o processo;
- **Ficha de avaliação da turma sobre o desempenho docente: que poderá** expressar e registrar a análise individual dos discentes sobre o desempenho de cada docente nas atividades curriculares do curso;
- **Plenárias de Avaliação**, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o desempenho individual e coletivo dos educadores;
- **Reuniões Docente**, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, se auto-avaliar e avaliar o desempenho de seus pares.

4.3.15. Avaliação do Projeto do Curso

A avaliação do projeto acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujos resultados tenham sido considerados negativos. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. O coordenador do Curso será responsável por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os

professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar a ação do Núcleo Docente Estruturante na perspectiva da avaliação sistemática e progressiva do curso. Assim, a avaliação exige a análise do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Educação do Campo interligados ao currículo proposto e desenvolvido.

4.3.16. Auto Avaliação e Avaliação Externa (ENADE e Outros)

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso usará, também, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências, para compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O Curso terá avaliações, censos e cadastros internos e externos à própria UFT, fazendo parte do acompanhamento do desenvolvimento do Curso. Como parte integrante da avaliação institucional os docentes/disciplinas serão avaliados pelos acadêmicos a cada semestre no ato da matrícula. Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação institucional sob a coordenação da CPA - Comissão Própria de avaliação da UFT.

5- CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Para o funcionamento do currículo proposto será necessária a contratação de, no mínimo, 15 professores com carga horária de 40h semanais e Dedicção Exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão; 03 (três) Técnicos Administrativos para o desenvolvimento de atividades acadêmico-administrativas. Estes códigos de vagas foram garantidos quando da aprovação do projeto junto ao MEC.

5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Quadro de Professores

Perfil	Disciplinas	Carga Horária	Semestre
Pedagogia- mestre em educação 2 professores (Concurso)	1- Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo 2- Psicologia da Educação 3- Avaliação da Aprendizagem 4- Práticas Pedagógicas em Educação do Campo 5- Estágio Curricular Supervisionado I 6- Didática Geral	60- 60- 60- 60- 60- 60	4° 3° 4° 5° 5° 3°
História- mestre em educação 02 Professores (Já concursados)	1- História da Educação 2- História de Vida 3- História, Identidade e Memória dos Povos do Campo (opcional) 4- Movimentos Sociais 5- Teoria política (opcional) 6- Fundamentos da sociologia	60- 60- 60- 60- 60- 60-	2° 1° 6° 2° 7° 1°
Filosofia- mestre em educação/Filosofia 1 professor (Concurso)	1- Fundamentos da Filosofia 2- Estética e Filosofia da Arte I 3- Estética e Filosofia da Arte II	60- 60- 60-	1° 2° 3°
Geografia- mestre em geografia 1 professor (Já concursado)	1- Cartografia 2- Educação Ambiental 3- Estado, Sociedade e Questões Agrárias 4- Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidade	60- 60- 60- 60-	1° 4° 2° 8°
Letras 1 Professor- Doutora em Teoria e história literária	1- Língua Portuguesa 2- Produção de texto 3- Representações literárias do universo camponês	60- 60- 60-	1° 2° 4°

(Já concursado)			
Artes	1- História da Arte	60-	1°
2 Professores- artes visuais- mestre em educação- artes visuais	2- Metodologia do Ensino de Artes I	60-	5°
	3- Percepção Visual	60-	3°
	4- Laboratório de Desenho	60-	5°
	5- Laboratório de Pintura	60-	6°
3 (Concurso)	6- Laboratório de Fotografia (Optativa)	60-	6°
	7- Teoria e Crítica de Arte (Optativa)	60-	6°
	8- Estágio Curricular Supervisionado II	90-	6°
	9- Oficina de atividades lúdicas (optativa)	60-	7°
Música	1- Fundamentos da Notação musical	60-	1°
4 Professores- mestre em música	2- Teoria e Percepção musical I	60	2°
	3- Prática Coral I	60-	3°
5 (01 já concursado e 4 à concursar)	4- Teoria e Percepção musical II	60-	3°
	5- Prática Coral II	60-	4°
	6- História da Música Ocidental	60-	4°
	7- História da Música Popular Brasileira	60-	5°
	8- Instrumento eletivo I	60-	5°
	9- Instrumento eletivo II	60-	6°
	10- Instrumento eletivo III	60-	7°
	11- Musicologia e etnomusicologia (Optativa II)	60-	7°
	10- Estágio Curricular Supervisionado III	150	8°

5.2. Regime de trabalho

O Regime de trabalho dos professores será o de 40 horas com dedicação exclusiva. Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Outra particularidade são os períodos de férias docentes que, devido à sistemática de alternância, onde o tempo escola acontece geralmente nos meses de janeiro e fevereiro e julho e agosto, é necessário que a UFT contemple um calendário diferenciado para atender às especificidades de férias destes professores.

5.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Marcus Facchin Bonilla – Mestre em música

<http://lattes.cnpq.br/2714284008542070>

Rejane Cleide Medeiros de Almeida – Mestre em educação

<http://lattes.cnpq.br/6357708608591766>

Suene Honorato de Jesus – Doutora em Teoria e história literária

<http://lattes.cnpq.br/5440655737062839>

Witembergue Gomes Zaparoli – Mestre educação

<http://lattes.cnpq.br/9270921683542468>

5.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente

Em construção, visto que o Curso ainda está em fase de implantação e as vagas estão em processo seletivo de concurso público.

5.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso.

O curso de Licenciatura pautado pela prática de em regime de alternância apresenta várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado quando comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários três técnicos para responder pelas seguintes ocupações:

1 Técnico em nível superior – Técnico em Assuntos Educacionais

2 Técnicos em auxiliar de administração – Ensino Médio.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

6.1. Laboratórios e instalações

- **Laboratório de Informática (LABIN)**

Com espaço físico de 48m², atualmente dispõe de 20 máquinas em funcionamento em rede atendendo alunos nos três turnos. O Laboratório de Informática funciona em três turnos, atendendo aos alunos dos três cursos oferecidos pelo Campus Universitário de Tocantinópolis (Curso de Pedagogia, Curso de Ciências Sociais, das 7:00 às 22:30 horas, com acesso à internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. Todos os setores do Campus possuem rede, com internet em funcionamento.

Para o desenvolvimento das atividades do curso, além dos laboratórios já implantados, serão necessários pelo menos dois laboratórios: um de música e outro de artes visuais. Tais laboratórios se caracterizam como espaços multidisciplinares destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão, fomentadores da investigação da música e das artes produzidas dentro do contexto social e cultural do Estado do Tocantins, assim como no Brasil e América Latina.

Os laboratórios são também espaços em que se produzem e se testam instrumentos musicais, realização de oficinas, minicursos e de elaboração de atividades didáticas. Esses espaços também podem ser utilizados para reuniões de Grupos de Pesquisa assim como para a gravação, exibição e debate de filmes e documentários. Participam dos laboratórios alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFT, assim como instituições educacionais e comunidade em geral.

A implantação de tais laboratórios encontra eco nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

Junto à estrutura física do laboratório de música há que se dispor, inicialmente, o seguinte material básico: bibliografia que versa sobre a História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena; tumbadoras; atabaques grandes; atabaques grandes de cordas; agogôs grandes e médios (metal); pandeiros grandes; reco-recos; berimbaus; mapas estaduais (murais) com relevo, hidrografia, climatológico, político, rodoviário, por regiões; aparelho de som cd/mp3; caixa amplificadora com microfones; filmadora digital; máquina fotográfica digital; mesa de som.

Além da instalação dos laboratórios de música e artes visuais, há que ampliar e atualizar o acervo da biblioteca, incluindo computadores, aparelhos de som; ampliar o

laboratório de informática já existente; garantir a aquisição/confecção de instrumentos de percussão; aquisição de teclados e violões; disponibilização de espaços (salas/laboratório) para atividades musicais; aquisição de materiais e equipamentos para aulas de musicalização e artes visuais; a disponibilização de espaços (mini-auditório) com equipamento eletrônico (som, computador, data-show) para apresentações de trabalhos de Pesquisa e TCC.

A atualização tecnológica deve ser feita anualmente, de acordo com a dotação orçamentária da instituição, na qual são comprados equipamentos de interesse da área para dar suporte as aulas, as pesquisas e extensão executada pelo corpo docente. Os materiais de consumo são comprados de acordo com a demanda dos componentes curriculares em execução no curso.

A manutenção dos equipamentos deve ser realizada de forma preventiva, por meio da Coordenação dos Laboratórios, sendo realizada de acordo com o tipo de equipamento. A manutenção corretiva ocorre sempre que forem detectados problemas nos equipamentos, após a verificação e relato do responsável técnico do laboratório ou do coordenador do curso.

Observação:

Além dos laboratórios implantados, serão necessários a construção de mais dois laboratórios, um de música e outro de artes visuais. A construção destes espaços foi sinalizada, em reunião em 19 de julho de 2013 pelo MEC, como possibilidade para o ano de 2014-2015, junto com outras ações de infraestrutura, como casas de estudante e Restaurante Universitário.

Para além disso, nos 3 primeiros anos de implantação do curso (2013-2015), de acordo com o Edital 02-2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC, está prevista verba de custeio de R\$ 4.000,00 por aluno/ano, o que possibilitará parte da aquisição de materiais para estes novos laboratórios.

6.2. Biblioteca

A Biblioteca Prof. Msc. Cleides Antonio Amorim (Biblioteca UFT- Tocantinópolis) dispõe atualmente de uma área total construída de 504 m², toda área com equipamento de climatização em várias especificações, está dívida para atender áreas de leitura, acondicionamento do acervo, serviços técnicos, com discriminação das seguintes áreas: coordenação (área: 9,89m²), Mini Auditório / sala de vídeo. (Área: 41,77m²), Sala de estudo em grupo (área: 25,50m²), Sala de pesquisa (área: 16,01m²), Estudo

Individual (área: 15,64m²), Área de pesquisa (área: 107,61m²), Acondicionamento do acervo (área: 121,12m²), Processamento técnico (área: 22,12m²), Atendimento e Recepção (área: 13,14m²), Circulação (área: 11,19m²), Acesso geral (área: 25,46m²), Circulação interna (área: 25,55m²), Reprografia (área: 8,46m²), Banheiros - (área: 25,06m²) 02 banheiros adaptados para portadores de deficiência física e motora. A Biblioteca conta com um quadro de apoio administrativo: uma bibliotecária, 3 técnicos administrativos, uma recepcionista e 5 bolsistas.

A Biblioteca funciona como órgão suplementar, previsto no Regimento Geral da UFT, que tem por finalidade atender às necessidades informacionais da Universidade no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Depois da implantação do SISBIB/UFT (sistema de biblioteca) os serviços passaram a ter mais qualidade no que se refere ao sistema de empréstimo, devolução, renovação e reserva presencial e online. Atualmente estamos com o acervo bibliográfico cem por cento inseridos no SIE - módulo biblioteca.

No ano de 2011 a dezembro de 2012 a biblioteca adquiriu 2.074 exemplares através de 1.710 compras e 364 doações. A principal forma de atualização do acervo se dá pela observação dos projetos políticos dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais.

Professores e alunos também podem enviar listas com sugestões de livros para aquisição.

Não existe uma política de aquisições de periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada pela PROGRAD/UFT, 89 pois a orientação é a utilização do Portal de Periódicos da CAPES. Temos um número significativo de fascículos de periódicos correntes, relativos a intercâmbio com outras Instituições.

A Biblioteca vem desenvolvendo projetos como a videoteca que tem o objetivo maior de contribuir com o acervo de vídeos para apoio à pesquisa dos alunos e professores. Em sintonia com o PIBID, a biblioteca vem dando apoio aos trabalhos de extensão dos alunos como por exemplo ajudando na melhoria das bibliotecas estaduais de nosso município.

A Biblioteca também vem desenvolvendo de forma muito significativa, orientação dos trabalhos de TCC dos alunos e elaborando ficha catalográficas.

A bibliotecária foi nomeada como membro da comissão para elaboração da Minuta de Normalização e Manual de Trabalhos

Acadêmicos Científicos, de forma que também vem contribuindo para desenvolvimento da UFT geral.

Periódicos Especializados

Periódicos disponíveis na plataforma Capes (online).

6.3. Instalações e equipamentos complementares

Hoje o Campus Universitário de Tocantinópolis da UFT tem em funcionamento os seguintes Cursos de graduação:

-Regular presencial: Ciências Sociais– Licenciatura; Pedagogia Licenciatura;

-Modular PARFOR: Pedagogia Licenciatura;

Segue a organização espacial:

Ala A: Pesquisa e Extensão

01 Laboratório: brinquedoteca (02 salas)

01 Sala de Pesquisa

02 Sala de Reuniões

02 Banheiros

Ala B: Docentes

a) 10 Salas de professores para estudos e orientações acadêmicas

b) 01 Sala de reuniões

c) 02 Banheiros

Ala C – Ensino:

- 05 salas de aulas
- 01 Cozinha
- 01 Auditório
- 01 Laboratório de Informática
- 01 Biblioteca
- 01 Sala do Centro Acadêmico (C. A)
- 01 Laboratório de Apoio Pedagógico (LAPES)
- 02 Banheiros masculino
- 02 Banheiros feminino

Ala D – Administrativo.

- 04 Sala Administração (financeiro, recursos humanos, almoxarifado, recepção)

- 01 Sala da Direção do Campus
- 02 Salas de Coordenação do Curso: Ciências Sociais e Pedagogia
- 01 Sala Recepção
- 02 Sala Secretaria Acadêmica
- 01 Sala Depósito de Materiais
- 01 Sala de Coordenação de Pós-Graduação
- 01 Laboratório de Áudio Visual e Comunicação
- 01 Sala para reprografia
- 02 banheiros

É importante ressaltar que a área destinada para utilização da UFT em Tocantinópolis aumentou consideravelmente a partir de fevereiro de 2006, com doação de outras alas, conforme acordo firmado entre Governos do Estado, através da Secretaria de Educação, Prefeitura Municipal e Universidade Federal do Tocantins. Desta forma, a intenção do campus foi direcionada para o aproveitamento deste “novo” espaço destinado à UFT objetivando a implementação do Curso de Ciências Sociais.

O Campus Universitário de Tocantins é composto por uma unidade administrativa/acadêmica e outra unidade do Campus está em processo de planejamento.

O complexo administrativo conta com duas salas de Coordenação de Planejamento e Administração de suporte administrativo, uma de Recursos Humanos, a Direção do Campus. Conta com uma recepção e outra que é a sala do Diretor, uma de Protocolo e Reprografia, um auditório com capacidade para 50 pessoas, uma de recursos áudio visuais, uma copa, uma de informática, quatro banheiros, uma de almoxarifado, uma sala de reuniões, três de depósito de materiais diversos. Sala de atendimento dos acadêmicos do PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência).

6.4. Área de lazer e circulação

Estão previstas nas obras que fazem parte do Plano de Consolidação e que estão sendo executadas em 2013. Conta com uma cantina com área ampla.

6.5. Recursos audiovisuais

O campus dispõe dos equipamentos audiovisuais listados no quadro a seguir.

01 tv em cores

05 data show

01 máquina fotográfica digital

6.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)

A estrutura e equipamentos que atendam às exigências da Portaria do Governo Federal de Nº 1679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência nas Unidades da UFT de Arraias estão previstas nas obras que fazem parte do Plano de Consolidação e que está sendo executado em 2013, já tendo seu bloco administrativo inaugurado, contando com elevador e rampas.

No que diz respeito à reserva de vagas em concursos públicos, a UFT e conseqüentemente o campus de Arraias vêm cumprindo as exigências.

6.7.Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

A sala da Direção do campus de Arraias está localizada no bloco da administração da Unidade do Centro, conta com uma estrutura mínima adequada a permanência de seus sucessivos gestores, a saber: uma ante-sala para a recepção de visitantes, permanência de dois secretários, uma sala exclusiva e isolada para a permanência do diretor do campus, capaz de acolher reuniões de pequeno porte. Essa estrutura tem a disposição serviço de Internet de banda larga.

A sala da coordenação do Curso de Licenciatura em Educação está em funcionamento no Bloco de Apoio Logístico e Administrativo (BALA) o Campus

7. POLÍTICAS DE ACESSO

Ao considerar o contexto da necessidade de se formar professores da educação do campo fortalecemos a necessidade de delinear um perfil de candidato ao curso ora proposto, buscando somar a este, os critérios e instrumentos de seleção na UFT. A seguir seguem alguns critérios de seleção e prioridade, metas e estratégias a serem alcançadas em respectivas etapas.

7.1 Critérios de seleção

Como forma de garantir que os cursistas sejam sujeitos do campo e que venham a atender o objeto do edital, de formar professores da educação básica do campo, mas que não possuem formação específica, alguns critérios por ordem de prioridade, serão adotados com base nestes princípios:

- selecionar preferencialmente educadores de escolas públicas de Educação Básica do campo em efetivo exercício nos anos finais de ensino fundamental ou médio do campo;
- Pessoas que atuam como educadores ou coordenadores nas escolas voltadas para a escolarização básica de educação de jovens e adultos (Ensino Fundamental ou Ensino Médio) em comunidades camponesas;
- Pessoas que atualmente coordenam ou fazem o acompanhamento político-pedagógico dos cursos formais apoiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
- Jovens e adultos de comunidades do campo, ou que se identifique com o mesmo.

7.2 Critérios de prioridade

Partindo que esta seleção justifica-se para permitir o acesso à educação superior aos profissionais em exercício e o atendimento a demanda de expansão da educação básica dos povos do campo, assim como viabilizar o deslocamento para a realização das atividades no Tempo-Espaço Comunidade e o Tempo-Espaço Universidade a seleção específica dos cursistas será via concurso vestibular, a ser realizado mediante critérios e instrumentos. Como se trata de uma seleção específica, considerando a população indicada no item acima dos objetivos, o caráter classificatório será composto de: prova de redação; prova objetiva de conhecimentos sobre a história, a legislação e a dinâmica da Educação do Campo e memorial da prática pedagógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDOINO, Jacques. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (org.) *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. S. Paulo: UFSCAR, 1998.

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CP nº 09/2001 que trata sobre a formação do professor. Brasília, DF, 2001. Acesso realizado em 29/03/2010 em www.mec.gov.br.

BRASIL, **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária –MEC / MDA** (Abril, 2005).

BURNHAM, T. F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, J. G. (Org.). *Reflexões em torno da abordagem multirreferencial*. São Paulo: Edufscar, 1998, p. 35-55.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber. Elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

DOLL Jr., William E. *Currículo: uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Arte Médicas, 1997.

INEP. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: INEP/MEC, 2005.

JESUS, Sonia Meire S. A. de. **Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo**. IN: MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sonia Meire S. A. de (org). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. V. 5. Brasília: Articulação Por uma Educação do Campo, 2004.

MACEDO, R. S. Chrysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo. Salvador: Edufba, 2002.

MARTINS, J. B. *Abordagem multirreferencial: contribuições epistemológicas e metodológicas para os estudos dos fenômenos educativos*. São Paulo, S. Carlos: UFSCAR, 2000.

MAZOYER, M. apud INCRA/FAO (s/ data). **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: guia metodológico**. Mimeo.

NEVES, D. P. (2007) **Comunidade: sucesso do termo, tormentos metodológicos e contribuições para o estudo do campesinato**. In. *Cadernos de Programação e Resumos do 2º Encontro da rede de Estudos Rurais*. Rio de Janeiro, RJ. 11 a 14 de setembro de 2007.

SANTOMÉ, J. Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história.** Caderno de Textos Pedagógicos: semeando sonhos, cultivando direitos. Brasília, CONTAG, 2005.

ANEXOS



ANEXO I

Normas para elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**



Instrução Normativa / N°

Estabelece normas para elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura do Campi Universitário de Tocantinópolis, com vigência a partir da aprovação do PPC do Curso no Consepe.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O TCC constitui-se em uma monografia que consiste em um texto dissertativo resultado de uma pesquisa individual orientada, tendo por objetivo um tema desenvolvido nas disciplinas pedagógicas e afins integrantes dos três núcleos da estrutura curricular, de acordo com as linhas de Pesquisa do Curso e deve ser defendida perante banca examinadora.

Art. 2º A monografia objetiva propiciar aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação Escolar a oportunidade de demonstrar o aprofundamento temático, a produção científica, a pesquisa em bibliografia especializada e a capacidade de interpretação e crítica da educação do campo.

Art. 3º Estas normas regulam as atividades inerentes aos componentes curriculares Projeto de TCC e TCC constantes da estrutura curricular do Curso.

CAPÍTULO II DOS ALUNOS HABILITADOS PARA REALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 4º Será considerado habilitado para realização da monografia o aluno que tiver integralizado, no mínimo 50% dos créditos da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 5º O (a) aluno (a) habilitado para a realização da monografia deverá ter cursado a disciplina de Projeto de TCC.

I -Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação de Curso e apresentar o Projeto de Monografia ao professor orientador e desenvolver o plano de trabalho construído juntamente com o orientador para o processo de orientação;

II- Realizar encontros para orientação, pelo menos uma vez, a cada quinze dias, em horário e data previamente acordada;

III- apresentar ao professor orientador a ficha de acompanhamento das atividades de monografia, cumprindo as atividades nela designadas;

IV- Elaborar a versão final de sua monografia, de acordo com o manual de normalização de trabalhos acadêmicos e com o presente Regulamento;

V- Entregar à Coordenação do Curso, dentro de prazo fixado no calendário, a versão final da monografia para defesa, em 3 vias, com a concordância do orientador;

VI – Comparecer no dia, hora e local determinado para apresentar e defender a versão final da monografia;

VII – Após a defesa e aprovação o aluno deve apresentar uma cópia impressa, encadernada em capa dura, e eletrônica (cd-rom) para a Biblioteca do Campus, com as devidas correções do trabalho monográfico.

CAPÍTULO III ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 6º O projeto de monografia deverá conter a seguinte estrutura:

I – tema;

II – problema;

III – objetivos;

IV – Justificativas;

V – fundamentação teórica;

VI – metodologia;

VII – cronograma;

VIII – referencial bibliográfico.

Art. 7º A elaboração da monografia final de conclusão de curso compreende as seguintes etapas, de acordo com os prazos fixados no calendário:

I – elaboração e cumprimento, juntamente com o orientador, do Plano de orientação do trabalho monográfico;

II - defesa da monografia perante banca examinadora.

CAPÍTULO IV DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art.8º A monografia final deverá ser desenvolvida sob o acompanhamento de um professor orientador integrante do corpo docente da universidade.

Parágrafo Único: Cada professor caberá o máximo de 04 orientandos e cada orientação corresponde a um crédito por aluno/semestre.

Art. 9º Poderá o aluno, ao matricular-se na disciplina de Projeto de TCC, sugerir o nome de um professor para realizar a orientação, cuja designação dependerá da aceitação deste e existência de vaga.

Art. 10º A definição de orientação será feita a partir de proposta da Coordenação do Curso, considerando as temáticas e linhas de pesquisas e analisada em reunião do Colegiado.

Art. 11º A substituição de professor orientador somente será deferida pela Coordenação do Curso, mediante análise das justificativas formais apresentadas, pelo professor ou pelo aluno;

Art. 12º A responsabilidade pela elaboração da monografia cabe integralmente ao orientando, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento e no Regimento Geral da Universidade, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientação.

CAPÍTULO V DA BANCA EXAMINADORA

Art. 13º O professor orientador deverá encaminhar à Coordenação de Curso, com 10 dias de antecedência da data da defesa, a composição das bancas examinadoras, a fim de que sejam distribuídas em tempo hábil as cópias da monografia.

Art. 14º A versão final da monografia será defendida pelo aluno perante a banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros por ele convidados.

Parágrafo Único: Poderá integrar a banca examinadora um membro escolhido entre professores da UFT ou professores de outras instituições, com titulação mínima de especialista, mediante análise de currículo pela Coordenação do Curso.

Art. 15º A Coordenação do Curso, com a anuência dos professores elabora e divulga o cronograma de defesa de monografias.

Parágrafo Único: O período destinado à defesa de monografia não deverá ultrapassar o prazo máximo previsto pelo Calendário Acadêmico.

Art. 16º A defesa A defesa da monografia será realizada pelo aluno em sessão pública no tempo máximo de 20 minutos.

Art. 17º Cada um dos integrantes da banca examinadora terá 20 minutos para arguir o aluno acerca do conteúdo da monografia, dispondo o discente do mesmo prazo de indagação para apresentação das respostas.

Art. 18º A atribuição dos resultados dar-se-á após o encerramento da arguição, em sessão secreta, levando-se em consideração o texto escrito e a defesa da monografia.

§ 1º A nota final do aluno será definida pelo resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 2º Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a sete.

Art. 19º A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, será registrada em ata, e encaminhada à Secretaria Acadêmica.

Art. 20º Será atribuído conceito 0 (zero) à monografia, caso se verifique a existência de fraude ou plágio pelo orientando, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Regimento Geral da Universidade.

Art. 21º O aluno que não se apresentar para a defesa oral, sem motivo justificado, ou, ainda obtiver nota inferior a 7 (sete) na defesa, estará reprovado na Monografia ou disciplina correspondente.

Art. 22º No caso de reprovação, desde que não ultrapassado o prazo máximo para a conclusão do curso, poderá o aluno apresentar nova monografia para defesa perante banca examinadora, respeitados os requisitos previstos neste Regulamento.

Art. 23º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 24º Estas normas entram em vigor a partir desta data.

ANEXO II
MANUAL DE ORIENTAÇÃO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS



PROCAMPO

Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura

Em Educação do Campo

MANUAL DE ORIENTAÇÃO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Tocantinópolis/TO

2013

SUMÁRIO

OBJETIVO DO MANUAL	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
JUSTIFICATIVA – Bases legais	
OBJETIVO GERAL DO ESTÁGIO	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
EQUIPE DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO	
ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO	
ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
SUPERVISOR EXTERNO DE ESTÁGIO	
ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR REGENTE – SUPERVISOR EXTERNO	
ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO	
DIREITOS DO ESTAGIÁRIO	
DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO ESTÁGIO	
CONCLUSÃO	
BIBLIOGRAFIA	

OBJETIVO DO MANUAL

Este manual tem por objetivo orientar acadêmicos/as e normatizar a dinâmica do Estágio Supervisionado no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Códigos e Linguagens da Universidade Federal do Tocantins-UFT.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado, antes de ser uma exigência legal, deve ser parte integrante da formação de professores, articulando a teoria com a prática. Assim, o currículo de Licenciatura deve propiciar, permanentemente, a articulação entre o conteúdo da formação profissional com o exercício da docência, conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e de modo a configurar uma visão mais integrada do conhecimento profissional.

O Estágio Supervisionado em uma Licenciatura Interdisciplinar, como a prevista no Projeto Pedagógico de Curso do Procampo, exige planejamento e organização sistemáticos, de forma que as áreas de conhecimento abrangidas não sejam apenas vivenciadas pelos futuros professores, mas que haja uma distribuição de carga horária compatível com as características de cada área e com a interdisciplinaridade que o curso exige e pela especificidade da Pedagogia da Alternância.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 30), o trabalho com a alternância “articula prática e teoria numa práxis e realiza-se em tempos e espaços que se alternam entre escola e propriedade, comunidade, assentamento, acampamento ou movimento social ao qual o educando está vinculado”, assim, leva em consideração dois tempos de formação: o tempo escola (TE), onde o educando recebe o aporte teórico-metodológico e o tempo comunidade (TC), onde os conteúdos conceituais se transformarão em procedimentos e desenvolvimento de atitudes que transformam a realidade imediata.

JUSTIFICATIVA – Bases legais

O artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9394/96 trata da formação dos profissionais da educação e pressupõe que a formação de professores deve se realizar “de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando e terá como fundamento a associação entre teoria e prática.” Isso significa que a integração permanente entre teoria e prática deve garantir a construção das competências e habilidades para que o acadêmico possa exercer de forma plena suas atividades profissionais.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como “o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso” (BRASIL, 2008, p 9). Como se nota, esta definição vai ao encontro da LDB e corrobora a visão do Estágio como parte integral e indispensável da formação profissional.

No âmbito da UFT, o Estágio Supervisionado está organizado pela Resolução N. 003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - Consepe, que organiza e define as normas de realização e desenvolvimento do Estágio, em conformidade com o Parecer CNE/CP 09/2001 e as Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002.

As atividades de estágio, além de proporcionarem ao acadêmico a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, devem privilegiar o desenvolvimento da pesquisa resultantes da reflexão sobre a prática. Em outros termos, as atividades de estágio devem buscar em todos os seus momentos, a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem.

O Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo deve possibilitar aos acadêmicos a formação e a construção de conhecimentos necessários à sua formação, ou seja, para o trabalho com as escolas do campo e no campo. Aquelas situadas na sede do município, mas que recebem boa parte de seus alunos do meio rural e estas que se situam no meio rural propriamente dito

Para tanto, a Coordenação de Estágio e o Professor Orientador devem garantir as condições para que os acadêmicos desenvolvam suas atividades de modo que este trabalho auxilie na reestruturação do currículo escolar, considerando as condições e características da Escola Campo e da própria Universidade, uma vez que os alunos do meio rural vivenciam práticas e espaços de vivência – cultura e trabalho – diferenciados dos alunos urbanos.

A formação do professor deve passar pelo exercício da análise e reflexão sobre a prática docente, de modo a desvelar o cotidiano escolar. A análise e a reflexão permanente sobre a prática pode se constituir na mola propulsora para o desenvolvimento profissional e a profissionalidade docente.

OBJETIVO GERAL DO ESTÁGIO

Propiciar condições para que o acadêmico possa vivenciar, no tempo comunidade, experiências de docência orientadas e supervisionadas que o conduza à análise e à reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover situações de observação, análise e reflexão sobre a prática pedagógica;
- Propor estratégias de intervenção didático-pedagógicas que propiciem aprendizagens tanto de conteúdos curriculares como do fazer de sala de aula no tempo em que os alunos estiverem em suas respectivas comunidades e escola-campo de estágio.
- Possibilitar condições para que o licenciando, a partir de sua intervenção na prática, tematize a ação docente e tenha condições de reelaborar e reorganizar atividades que conduzam à melhoria da qualidade do ensino que está sendo oferecido aos alunos do campo.
- Permitir a convivência no ambiente escolar com os membros da comunidade a fim de que o acadêmico possa desenvolver atitudes éticas e colaborativas no fazer pedagógico.

EQUIPE DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

De acordo com a Resolução N. 003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - Consepe da UFT, o Estágio será supervisionado e orientado, em cumprimento ao dispositivo da Lei 11.788/08, por um Coordenador de Estágio, um Professor Orientador e um Professor Supervisor Externo à UFT, que acompanhará passo a passo os acadêmicos na escola campo.

ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

- a) Articular-se como a Universidade, os professores de estágio e com as escolas-campo.
- b) Responsabilizar-se pelos aspectos administrativos internos e externos do Estágio.
- c) Levantar as possibilidades de campos de Estágio e definir os locais a serem oportunizados.
- d) Supervisionar os locais de Estágios em funcionamento.
- e) Coordenar as atividades de recursos humanos envolvidos na execução do Estágio Curricular Supervisionado.
- f) Propor Convênio e/ou Termos de Cooperação e campos de Estágio, que facilitem as atividades dos estagiários.
- g) Assinar as correspondências oficiais a serem expedidas.
- h) Informar ao(s) Professor(es) o nome do Supervisor Externo do Estagiário (Coordenador pedagógico).

- i) Encaminhar à Congregação dos Cursos os resultados do Estágio e discutir sistematicamente com seus membros o andamento das atividades.
- j) Solicitar à UFT o Seguro Contra Acidentes Pessoais para os Estagiários conforme preconiza

ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- d) Elaborar o plano de trabalho a ser desenvolvido.
- e) Orientar o estagiário na elaboração do Projeto de Estágio.
- f) Orientar e acompanhar o aluno estagiário no planejamento, execução e avaliação do Estágio, prestando-lhe assistência didática e técnica, em conjunto com o Coordenador do Estágio, o Supervisor Externo e o Professor Regente.
- g) Orientar o estagiário na confecção dos instrumentos finais de avaliação do Estágio.
- h) Avaliar o desempenho de cada estagiário de acordo com as normas do Curso, levando em conta o parecer avaliativo do Supervisor Externo e do Professor Regente.
- i) Controlar a frequência dos estagiários em conjunto com o Supervisor Externo e o Professor Regente.
- j) Participar das atividades programadas pela Coordenação Geral da Pró-Reitoria de Graduação, quando for o caso.
- k) Apresentar ao Coordenador de Estágio, através de relatórios ou outros mecanismos sistematizados informações sobre o andamento das atividades.
- l) Elaborar relatório das atividades e avaliações ao final de cada semestre letivo e encaminhar ao Coordenador de Estágio.
- m) Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissas nestas diretrizes.

SUPERVISOR EXTERNO DE ESTÁGIO

Profissional externo à UFT, pertencente à instituição concedente ao Estágio, devidamente habilitado e responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, no local de desenvolvimento das atividades de Estágio. Este profissional preferencialmente será o coordenador pedagógico da Escola Campo, com as seguintes atribuições:

- Elaborar em conjunto com o estagiário e com o Professor orientador uma programação para atendimento do planejamento de Estágio, respeitadas as orientações legais da UFT.
- Fornecer ao Professor Orientador e ao estagiário, informações sobre as características da entidade campo no que diz respeito aos horários, clientela, instalações, materiais, normas internas da mesma e outras informações que se fizerem necessárias.
- Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Estágio em sintonia com ao Professor Orientador e o Professor Regente.
- Emitir parecer avaliativo sobre o desempenho do estagiário, na forma dos instrumentos fornecidos pelo Professor Orientador.
- Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissa nestas diretrizes.

ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR REGENTE – SUPERVISOR EXTERNO

- Elaborar em conjunto com o Estagiário, o Professor Orientador e com o Supervisor Externo uma programação para atendimento do planejamento de Estágio, respeitadas as orientações legais da UFT para o estágio.
- Fornecer ao professor Orientador e ao estagiário, informações sobre as características das salas campo no que diz respeito aos horários, clientela, instalações, materiais, normas internas, o plano de curso e outras informações que se fizerem necessárias.
- Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Estágio em sintonia com ao Professor Orientador e com o Supervisor Externo.
- Emitir parecer avaliativo sobre o desempenho do estagiário, na forma dos instrumentos fornecidos pelo Professor Orientador.
- Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissa nestas diretrizes.

ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

- Esforçar-se para obter aproveitamento e rendimento compatíveis com a natureza do estágio, relacionando os conteúdos conceituais aos procedimentais e atitudinais no tempo comunidade.
- Elaborar e apresentar um plano para o processo do estágio.
- Dispor de horário para cumprir as atividades previstas para o estágio.

- Executar as atividades previstas no planejamento de estágio, observando forma e padrões estabelecidos, conjuntamente, pela UFT e a escola.
- Entregar todas as atividades e relatórios (observação, co-participação e participação) conforme orientação do professor do estágio em data fixada.
- Resguardar o sigilo e a veiculação de informações a que tenha acesso em decorrência do estágio.
- Fornecer ao Supervisor Externo, mediante o preenchimento de formulários próprios, informações pertinentes ao bom andamento do estágio.
- Informar ao Supervisor Externo e à escola, qualquer que seja o motivo, a impossibilidade de comparecer a qualquer atividade prevista no estágio/prática de ensino ou de permanecer vinculado à dinâmica exigida pela prática.

DIREITOS DO ESTAGIÁRIO

- Realizar o seu estágio em seu local de trabalho (caso já atue como professor da disciplina).
- Ter acesso às instalações, aos recursos materiais e tecnológicos do estabelecimento de ensino, previstos no planejamento de atividades.
- Receber os documentos relativos ao estágio, ao término deste.
- Ser devidamente orientado e acompanhado durante a realização do seu estágio, pelo Professor Orientador.
- Ter seguro contra Acidentes Pessoais.

DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

- I. Automaticamente, ao término do estágio.
- II. A qualquer tempo, no interesse da instituição.
- III. A pedido do estagiário.
- IV. Em virtude da interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estágio.
- V. Pelo não comparecimento do estagiário, sem motivo justificado, em 25 % (vinte e cinco por cento) da duração estipulada para a carga horária teórica do estágio.
- VI. Em descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do termo de compromisso.
- VII. A partir da interrupção temporária do curso do aluno por meio de solicitação de Trancamento de matrícula.

VIII. Pelo não cumprimento de 100% da carga horária destinada à prática.

CONCLUSÃO

O Estágio Supervisionado é um espaço imprescindível na formação do educador. *Locus* apropriado onde o aluno desenvolve a sua aprendizagem prática, o seu papel profissional, a sua responsabilidade, o seu compromisso, o espírito crítico, a consciência, a criatividade e demais atitudes e habilidades profissionais esperadas em sua formação.

Se for assumido em todas as suas instâncias de maneira planejada e ativa, levando em conta as possibilidades de inovações na política de desenvolvimento da prática educativa, poderá mobilizar conhecimentos científicos para projetos alternativos de intervenção na prática social, ampliando e diversificando as oportunidades de parcerias educativas, principalmente em uma Licenciatura em Educação do Campo.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José Maria C. **Considerações sobre o Estágio na formação do Profissional de Educação Física**. In E.F. CONFEEF. Agosto 2003.

BURIOLLA, Marta A F. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez. 2001.

JUNIOR A F & CORRÊA E. **Prática de Ensino Em Educação Física – Estágio Supervisionado**. Ed Interamericana. RJ 1982.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

ANEXO III

REGIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Licenciatura Educação do Campo – Campus Arraias é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo:

a) Colegiado de Curso

II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

a) Coordenação de Estágio do Curso;

b) Central de Estágio;

IV - Órgão de Apoio Administrativo:

a) Secretaria Acadêmica;

b) Secretaria de Curso.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

a) os representantes discentes são indicados pelo Centro Acadêmico do Curso por meio da ata de posse do Centro Acadêmico e do ofício do presidente do Centro Acadêmico indicando os representantes.

b) em caso de substituição dos representantes discentes estes devem estar de acordo com o Estatuto do Centro Acadêmico e deve ser comunicado ao coordenador do curso por meio da ata e/ou certidão emitida pelo presidente do Centro Acadêmico;

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

- I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;
- III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;
- V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
- VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;
- X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões.

- a) para efeito de quorum serão considerados apenas os professores em pleno exercício;
- b) o professor legalmente licenciado ou afastado não terá direito a voto.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, mediante justificativa substanciada e aprovada pelo conselho diretor.

§ 4º – Os pontos para serem inseridos na pauta devem ser enviados até o prazo limite de 24 horas antes da reunião.

- a) Para pedidos de remoção, redistribuição, afastamento, licença sem vencimentos, entre outros dessa natureza, devem ser apresentados via ofício e com a normativa pertinente;
- b) Os pedidos de ponto de pauta precisam ser documentados.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas/justificadas oficialmente em até 48 horas.

§ 1º O membro do colegiado que não justificar sua ausência na reunião receberá falta em seu ponto e conseqüentemente o desconto em sua folha de pagamento.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 9 – A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, eleger o Coordenador substituto.

§ 2º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade;

§ 3º - No caso de vacância do cargo de Coordenador, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 4º - No impedimento do Coordenador e do Coordenador substituto, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá aos membros do Colegiado indicar o coordenador interino.

Art. 10 - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;

IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;

VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;

VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DO CORPO DOCENTE

Art. 11 - O corpo docente, constituído pelo pessoal que exerce atividade de ensino, pesquisa e extensão, distribui-se pelas seguintes classes de carreira do magistério:

I - professor titular;

II - professor adjunto;

III - professor assistente

IV – professor Auxiliar.

§ 1º - Com caráter probatório, para iniciação em atividades docentes, será admitido o graduado de curso de nível superior com a designação de auxiliar de ensino.

§ 2º - O docente que exercer atividades de ensino ou pesquisa na Universidade, em decorrência de acordo, convênio ou programa de intercâmbio com entidade congênere, será classificado como professor visitante.

§ 3º - Para atender a necessidades eventuais da programação acadêmica, poderão ser contratados professores substitutos, de acordo com a conveniência da Universidade, consideradas as respectivas qualificações.

Art. 12 - As licenças para afastamento docente estão previstas nos art. 123 e 124 do Regimento Geral da Universidade.

§ 1º - As comunicações de afastamento docente para participação em congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural ou técnica deve ser comunicada ao Presidente do Colegiado com no mínimo 07 (trinta) dias de antecedência

CAPÍTULO VIII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 13 - A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

I - encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;

II - auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;

III - instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;

IV - executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;

V - elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 34 (vinte quatro) horas de antecedência;

VI - secretariar as reuniões do Colegiado;

VII - redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;

VIII - manter o controle atualizado de todos os processos;

IX - manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;

X - auxiliar as atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado;

XI - desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;

XII - manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;

XIII - auxiliar as atividades acadêmicas dos professores especialmente do Tempo Comunidade;

XIV - executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO IX DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo do Curso

Art. 14 - O regime didático do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Campus de Arraias reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 15 – O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 16 – A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 17 – Constituirão o currículo pleno do curso:

I – atividades acadêmicas fixadas pela legislação pertinente;

II – atividades complementares obrigatórias, de acordo com o respectivo projeto pedagógico e regimentadas;

III – atividades acadêmicas, de livre escolha do discente entre aquelas oferecidas pela Universidade e outras instituições de ensino superior;

IV – atividades acadêmicas de caráter geral e humanístico, necessárias à melhor formação da cidadania.

Parágrafo único – O Colegiado de Curso deverá estabelecer, previamente, as atividades acadêmicas válidas para o cômputo de carga horária, submetendo-as à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 18 - A proposta de mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 19 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção III Da Oferta de Disciplinas

Art. 20 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral, aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico especial da Licenciatura em Educação do campo, observando o Regime de Alternância.

Parágrafo único – a oferta de disciplinas ocorrerá de acordo com o regime de Alternância, considerando-se o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade,

Art. 21 - As atividades acadêmicas obedecerão o regime de Alternância, composto pelo Tempo Universidade e o Tempo Comunidade.

Parágrafo único – no Tempo Universidade serão desenvolvidas atividades acadêmicas nos espaços da universidade e no Tempo Comunidade serão desenvolvidas atividades acadêmicas orientadas, junto às comunidades.

Art. 22 - As atividades acadêmicas serão desenvolvidas nas modalidades a seguir:

I - presencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto entre docentes e discentes em ambiente específico, principalmente no Tempo Universidade;

II – semipresencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto, bem como aquela com uso de mídias específicas e pode acontecer no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade;

III - tutorial – entendida como atividade desenvolvida a distância, com uso de mídias específicas, especialmente no Tempo Comunidade.

Parágrafo único – As atividades acadêmicas desenvolvidas nas modalidades semipresencial e tutorial serão objeto de aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 23 – Até o fim de cada período letivo, a Coordenação de Curso, consultado o Colegiado, encaminhará ao Setor de Controle Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação, a consolidação da oferta de componentes curriculares à disposição dos acadêmicos de Graduação para o período seguinte, com os respectivos horários, o espaço físico e os professores responsáveis.

Art. 24 - No planejamento do curso, a Universidade buscará assegurar a todo acadêmico regularmente matriculado a obtenção de vaga nos componentes curriculares e demais atividades complementares necessárias à integralização do currículo pleno do respectivo curso, observados os critérios adequados para sua distribuição, os pré-requisitos e a carga horária máxima.

Art. 25 – A Coordenação de Curso, em conjunto com o Conselho Diretor do Campus, deverá proceder, periodicamente, aos diagnósticos necessários para propor à Pró-Reitoria de Graduação a adequação da oferta e demanda de vagas, visando detectar as causas de inadequação e sugerindo as medidas para os respectivos ajustes.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas da Coordenação do Curso ou de outros órgãos da administração superior.

Art. 27 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.